

INSTITUTO POLITECNICO DE COIMBRA
Escola Superior Agrária

***“O Sucesso do Turismo no Espaço
Rural da Serra da Estrela:
Realidades e Utopias”***

Relatório de estágio profissionalizante para obtenção do grau de
Mestre em Ecoturismo

Orientador:

Orlando Simões

Co-Orientador:

Isabel Dinis

Orientador Externo:

Gonçalo Gomes

Ana Filipa Gouveia Teodoro

Coimbra

2015

Dedicatória:

A todos para quem a Serra tem sempre como nome “*Estrela*”.

E claro, a vocês. Aos que, de alguma forma sentiram este trabalho como um
pouco seu.

Agradecimentos

Agradeço a cada um que permitiu a realização deste trabalho.

Esta permissão não se resume a colaboração, significa sobretudo permissão para que me ausentasse. Por isso, FAMILIA (Mãe, Pai, maninho e cunhada, irmã do coração, afilhado, primas de longe e de perto, primos, madrinha, tios e tias e ao mais recente membro desta família que vem em ultimo da linha, mas que ocupa já o lugar cimeiro de todas as atenções, à minha sobrinha Benedita) amigos e chefes, para além do obrigado, desculpem lá qualquer coisinha!

Depois, para além de tempo, era preciso acreditar e, nesse campo, tenho de agradecer ao Gonçalo Gomes, orientador externo da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal (TCP), que me fez acreditar na minha própria ideia, ao meu orientador Prof. Orlando Simões por achar que o tema valia a pena e que sugeriu a Prof. Isabel Dinis, para co-orientadora e que foi imprescindível para realizar este estudo. Ainda a todos os professores do mestrado de Ecoturismo da Escola Superior Agrária de Coimbra.

Este mestrado foi a forma que encontrei para conhecer melhor a minha terra, valorizando os lugares onde cresci. Uma aldeia a uns passos da Serra e os montes dos meus avós. Talvez tenha sido o cuidado que os meus avós (mesmo aquele que eu não conheci) tinham pelas suas terras que me fizeram perceber o significado de território, ruralidade, valorização e sustentabilidade e me levaram para um mestrado de Ecoturismo.

Esta viagem foi como numa primeira ida para qualquer lugar, quando percorremos determinado caminho pela primeira vez e não temos noção de quanto tempo falta para chegarmos ao destino que traçámos e está sempre no nosso subconsciente: Será que falta muito? Estarei quase a chegar? Irei no caminho certo? Obrigada a cada um que sabe que me deu uma palavra de incentivo e me foi dizendo, tem calma, estás no caminho certo.

Resumo

Verificar o que influencia o sucesso do Turismo em Espaço Rural (TER) na região da Serra da Estrela é o que se procura neste relatório de estágio profissionalizante para a obtenção do grau de mestre em Ecoturismo, com o desenvolvimento de um método de investigação baseado em três perspetivas de sucesso: (A) assente nas características operacionais das unidades de alojamento, (B) do ponto de vista do gestor sobre a possibilidade de retorno do investimento inicial e (C) tendo por base na satisfação do turista. De forma a enquadrar este tema é traçada a evolução do conceito “turismo” contextualizando o surgimento do TER em Portugal, em paralelo com outras formas de turismo (que se distanciam do turismo de massificado, como é o caso do Ecoturismo e Turismo de Natureza). É também apresentada a Serra da Estrela, enquanto região de montanha protegida por vários estatutos nacionais e internacionais, através da descrição das principais características físicas, histórico-culturais e económico-sociais, e paisagísticas, problematizando-se, antes disso, a denominação de “Região da Serra da Estrela”, utilizada por diferentes entidades e que, por isso, agrega diferente número de concelhos. Para o presente trabalho a composição da “Região da Serra da Estrela” é a que está definida pela Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal para a Delegação da Serra da Estrela, dado tratar-se da entidade de acolhimento para a realização do estágio acima mencionado. Para esta região, tomando como amostra 42 empreendimentos TER, podemos falar em sucesso do ponto de vista da perceção do gestor, tendo em conta o objetivo inicial de recuperação do seu próprio património e do reconhecimento por parte de quem frequenta o seu empreendimento. O retorno do investimento é influenciado pela dimensão da unidade TER, assim como, pela formação e experiência do gestor nas áreas do turismo. O sucesso face à satisfação do turista, que utiliza os alojamentos TER da região, se olharmos para as classificações atribuídas nas centrais de reserva onde aqueles empreendimentos se promovem, em particular do “*booking*”, é influenciado sobretudo pela antiguidade do empreendimento. Já no que toca às taxas líquidas de ocupação-cama verificadas na região, no período de outubro de 2014 a março de 2015, facultadas pelos responsáveis daqueles

empreendimentos, conclui-se que são fortemente condicionadas pela possibilidade do turista efetuar a sua reserva através da página *online* do empreendimento e influenciadas pela classificação atribuída pelos turistas que já o frequentaram. Quanto à gestão dos empreendimentos TER constata-se que é realizada, maioritariamente, pelo proprietário e que, esse facto, influencia fortemente as taxas líquidas de ocupação-cama.

A principal utopia encontrada foi que o sucesso estaria, à partida, garantido para unidades de alojamento desta tipologia localizadas na região da Serra da Estrela. No entanto, os resultados obtidos indicam que o sucesso do TER na Serra da Estrela pode ser uma realidade caso a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) seja encarada como um aliado e se entenda a gestão das unidades de alojamento TER de forma profissional e, sobretudo, atenta às necessidades do turista.

Palavras-Chave: Serra da Estrela; Turismo Rural; Turismo de Natureza; sucesso empresarial; empreendimentos turísticos; gestão.

Abstract

To verify what influences the success of Rural Tourism (henceforth mentioned as TER) in the Serra da Estrela Region is the goal of this report for obtaining a Master's degree in Ecotourism, by developing of a method of research based on three prospects for success: i) based on the operational features of the accommodation units, ii) the manager's view on the possibility of return on the initial investment and iii) based on tourist satisfaction. In order to introduce this issue, the evolution of the concept of "tourism" contextualizing the emergence of the TER in Portugal is traced, alongside other forms of tourism (which move away from mass tourism, such as Ecotourism and Nature Tourism) and presented the Serra da Estrela as the mountain region protected by several national and international laws, describing the main physical, historical, cultural and socio-economic, and landscape characteristics, which questions, before that, the name "Serra da Estrela Region" used by different entities and, therefore, accounts for different number of municipalities. For this study the constitution of the "Serra da Estrela Region" is the one defined by the Regional

Tourism Entity of Central Portugal for the Delegacy of the Serra da Estrela, given that it was the host entity for the internship mentioned above. For this region, taking as a sample 42 projects TER, we can discuss about success from the point of view of the perception of the managers, taking into account the initial goal of recovering their own assets and the recognition from those attending their venture. The return on investment is influenced by the size of the unit TER, as well as the training and experience of the manager in Tourism. The success in view of tourist satisfaction, who uses the TER lodgings in the area, if we look at the ratings at the reservation centers where those ventures are promoted, in particular the “booking” is influenced mainly by the antiquity of the venture. In what regards the net rates of bed occupancy recorded in the region during the period from October 2014 to March 2015, provided by the managers of those ventures, it is concluded that they are strongly influenced by the possibility of the Tourist making the reservation through the venture’s online webpage and also conditioned by the ratings given by the tourists who have previously attended the space. As for the management of projects TER, it appears that it is performed mainly by the owner and that this fact strongly influences the net rates of bed occupancy.

The main utopia found was that success would, in principle, be guaranteed for accommodation units of this type located in the Serra da Estrela region. However, the results indicate that the success of the TER in Serra da Estrela can be a reality when the use of the information and communication technologies (ICT) is seen as an ally and understanding the management of the housing units TER professionally and especially attentive to the needs of tourists.

Keywords: Serra da Estrela; Rural Tourism; Nature Tourism; business success; projects TER; management.

Lista de quadros

Quadro 1 - Número de estabelecimentos segundo o tipo, por regiões (NUTS II) - 2014	20
Quadro 2 - Grupos de temas do questionário aplicado aos gestores de empreendimentos de TER.....	63
Quadro 3 - Lista de variáveis observadas - extra questionário.....	65
Quadro 4 – Caracterização da amostra em estudo	70
Quadro 5 - Variáveis observadas “extra questionário”	72
Quadro 6 - Descrição das variáveis explicativas	74
Quadro 7 - Resultados da Regressão linear em que a variável dependente é a média da taxa de ocupação entre outubro de 2014 e março de 2015: Verificação da linha e investigação (A).....	75
Quadro 8 - Resultados Modelo logit no qual a variável dependente (recupinvest) tem o valor 1 se o promotor já recuperou ou espera recuperar o investimento e o valor 0, caso contrário: Verificação da linha e investigação (B)	78
Quadro 9 - Resultados Regressão linear em que a variável dependente é classificação atribuída pelos clientes no “booking”: Verificação da linha e investigação (C)	79

Lista de figuras

Figura 1 - Estabelecimentos TER-TN 2007 - Tipologia geográfica das principais áreas de oferta	19
Figura 2 - Localização geográfica da Região da Serra da Estrela	29
Figura 3 - Índice sintético de desenvolvimento regional (Portugal = 100), NUTS III, 2011	46
Figura 4 - Distribuição geográfica das camas em Unidades de TER na Região Centro.....	59
Figura 5 - Número de empreendimentos, da amostra em estudo, com entrada em funcionamento no mesmo ano	66

Lista de abreviaturas

TER - Turismo em Espaço Rural

TCP – Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal

OMT / UNWTO - Organização Mundial de Turismo / *World Tourism Organization*

WES - Cimeira Mundial de Ecoturismo / *World Ecotourism Summit*

UNEP - Programa Ambiental das Nações Unidas

Q.D - Declaração de Quebec

TIES - *International Ecotourism Society*

SNAC – Sistema Nacional de Áreas Classificadas

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas

AP - Área Protegida

THR - *Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A*

PENT - Plano Estratégico Nacional de Turismo

TN - Turismo de Natureza

CEE - Comunidade Económica Europeia

TH - Turismo de Habitação

CC - Casas de Campo

AT - Agro – Turismo

HR - Hotéis Rurais

INE - Instituto Nacional de Estatística

TP - Turismo de Portugal I.P.

CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

AP - Área Protegia

NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PRACE - Administração Pública e do Programa de Reestruturação da Administração Central

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013

UT - Unidades Territoriais

CIM - Comunidades Intermunicipais

CIM-BSE - Comunidade Intermunicipal Beiras Serra da Estrela

CISE - Centro de Interpretação da Serra da Estrela

PNSE - Parque Natural da Serra da Estrela

SIC - Sítio de Importância Comunitária

POPNSE - Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela

IBA - *Important Bird Area*

SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

BI - Beira Interior

ISDR - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

PEDI - Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal

CRER 2020 - Competitividade Responsável Estruturante e Resiliente

ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

PRIVETUR - Associação Portuguesa de Turismo Rural

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

Sumário

Agradecimentos	I
Resumo	II
Abstract	III
Lista de quadros.....	V
Lista de figuras	V
Lista de abreviaturas	VI
Introdução	1
Capítulo 1 - Turismo em Portugal: do <i>tour</i> ao <i>trekking</i>	3
1.1. Evolução do turismo	3
1.2. Ecoturismo e Turismo de Natureza.....	8
1.2.1. Atividades desenvolvidas em contexto de montanha	14
1.3 O Turismo em Espaço Rural	16
1.4 Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) e Turismo 2020.....	21
Capítulo 2 - O território da Serra da Estrela	25
2.1. Enquadramento e terminologia	25
2.2. Caracterização física.....	30
2.2.1.Geologia e geomorfologia.....	30
2.2.2. Os rios e lagoas	31
2.2.3. Clima.....	33
2.2.4. A vegetação.....	34
2.2.5. Fauna e Flora.....	36
2.3. Parque Natural da Serra da Estrela	37
2.3.1. Estatuto de conservação comunitários	38
2.4. Caracterização histórico-cultural e económico-social	41
2.4.1. Modos de vida.....	42
2.4.2. Contexto económico e social e políticas de desenvolvimento	44

2.5. Unidade de Paisagem.....	49
Capítulo 3 - O Turismo em Espaço Rural (TER) na Serra da Estrela.....	52
3.1. Perspetivas sobre o sucesso do turismo em espaço rural	52
3.2. Caracterização do turismo em espaço rural na Serra da Estrela	58
3.3. Investigação sobre o sucesso do TER na Serra da Estrela	61
3.3.1. Metodologia	62
3.3.2. Caracterização dos empreendimentos de TER participantes do estudo.....	66
3.3.3. Linhas e modelos de investigação	72
3.3.4. Resultados.....	75
3.3.5. Limitações e linhas futuras de investigação.....	81
Conclusões.....	82
Bibliografia.....	84
Anexo 1 - Questionário a gestores de empreendimentos de turismo no espaço rural	91

Introdução

Com a realização deste trabalho é estudado o Turismo em Espaço Rural (TER) na região da Serra da Estrela. A análise é feita na perspetiva de encontrar indicadores que relacionem várias dimensões da atividade turística e que permitam retirar conclusões acerca do sucesso deste tipo de alojamento. Para tal serão contactados os gestores dos empreendimentos de TER da região da Serra da Estrela para que respondam a um questionário, de forma a facultarem informações acerca da procura e oferta do alojamento.

A escolha deste tema para trabalho de conclusão de mestrado de ecoturismo prende-se com o facto do turismo e, em particular, o TER se ter vindo a afirmar como estratégia para o desenvolvimento regional. O seu crescimento é inegável, verificando-se tanto ao nível da procura, quanto em termos de diversificação da oferta. Por isso, parece-nos importante verificar se essas atividades estão a conseguir corresponder às expectativas criadas em seu torno. É necessário, também, verificar se aquele crescimento está a ocorrer de forma sustentável, sobretudo por se tratar de uma região sensível do ponto de vista cultural e ecológico, que integra um Parque Natural e se insere num território interior e de montanha, como é o caso da Serra da Estrela.

O ponto de partida para este trabalho tem lugar na Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal (TCP) com o acolhimento, para a realização do estágio, e a respetiva colaboração para a realização deste estudo, na pessoa do Dr. Gonçalo Gomes, por entender que, para esta entidade, é importante conhecer o melhor possível todos os intervenientes do sistema turístico da região, dado que a dinamização, desenvolvimento e promoção do turismo na região centro são os desígnios fundamentais do TCP.

A realização deste estudo enquadra-se, também, na ponderação de uma eventual criação de um “Observatório sobre o Turismo Rural na Região Centro” onde estivessem reunidas e publicadas informações de várias naturezas relevantes para esta tipologia de alojamento (por exemplo: taxas de ocupação,

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

preferências dos turistas, tendências de crescimento, produtos mais procurados,...). O que poderia funcionar como apoio ao desenvolvimento do TER, permitindo um direcionamento mais assertivo das atividades turísticas no meio rural e recolher dados sobre a oferta e a procura que permitam um processo de decisão mais informado por parte dos gestores da promoção do destino “Centro de Portugal”.

O trabalho será, genericamente, dividido em três partes. Na primeira parte será desenvolvido o tema do turismo, fazendo-se uma síntese da sua evolução a nível mundial e nacional, contextualizando o surgimento de conceitos como o TER ou o ecoturismo. Na segunda parte será caracterizado o território em estudo, descrevendo a região Serra da Estrela sob vários pontos de vista (administrativos, físicos, histórico-culturais e económico-sociais, assim como paisagísticos). No último capítulo será feita uma revisão bibliográfica acerca da avaliação de desempenho e das várias formas de encarar o sucesso dos empreendimentos de TER. A partir da bibliografia estudada será desenhado um modelo de investigação para determinar o sucesso do TER na Serra da Estrela. Serão, depois, caracterizados os alojamentos que aceitarem participar do estudo e apresentadas as conclusões obtidas.

Não é, certamente, a realização de estudos que resolve os problemas, mas o conhecimento dos resultados de vários estudos pode fazer com que, adaptando os conhecimentos adquiridos às situações em concreto, sejam encontradas forma de ultrapassar as dificuldades identificadas. É, por isso, importante que os gestores dos empreendimentos de TER colaborem em iniciativas que, como este trabalho, procurem reforçar o conhecimento sobre esta temática.

Perceber o que influencia o sucesso do TER na região da Serra da Estrela e apontar caminhos para o futuro foi a missão proposta ao iniciar este trabalho.

Capítulo 1 - Turismo em Portugal: do *tour* ao *trekking*

O turismo em Portugal poderá parecer aos olhos de alguns, ou talvez da maioria dos cidadãos, um “fenómeno” recente. Será que é assim?

Pretende-se, neste capítulo, traçar (de forma resumida) a cronologia da evolução do turismo em Portugal, procurando perceber de que forma foi influenciada por acontecimentos de carácter mundial. Pretende-se, também, apresentar o significado que o conceito “turismo” foi adquirindo ao longo do tempo. Analisar as dimensões económicas e sociais do turismo é também um objetivo do primeiro capítulo deste trabalho.

1.1. Evolução do turismo

Importa inicialmente perceber o que é o “turismo”. Para a Organização Mundial de Turismo / *World Tourism Organization* (OMT / UNWTO), “agência das Nações Unidas responsável pela promoção do turismo responsável, sustentável e universalmente acessível”, criada em 1911, o turismo é entendido da seguinte forma, como pode ser lido na sua página oficial da internet:

Tourism is a social, cultural and economic phenomenon which entails the movement of people to countries or places outside their usual environment for personal or business/professional purposes. These people are called visitors (which may be either tourists or excursionists; residents or nonresidents) and tourism has to do with their activities, some of which involve tourism expenditure. (UNWTO, 2014).

O turismo deverá então ser entendido como um fenómeno que pressupõe a deslocação de pessoas para fora da sua área geográfica habitual. É encarado como fenómeno social, cultural e económico. Daqui depreendemos que não se trata de um acontecimento ou ação isolada, mas sim, como sendo algo que influencia todos aqueles domínios, com a complexidade que isso possa implicar.

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

A ideia de deslocação estará, então, na base do conceito de turismo. Nos finais do séc. XVIII as viagens realizadas por nobres ingleses pelo continente europeu, com o objetivo de complementar a sua educação eram designadas como *Grand Tour* (Boyer, 2000 cit por Cunha, 2001) sendo chamados de *tourists* aqueles que nelas participavam. Em Portugal a palavra turista passou a fazer parte do léxico nacional no início do séc. XX. (Cunha, 2001).

As sociedades evoluíram, as motivações e as necessidades de deslocação alteraram-se. As mudanças sociais registadas na Europa, no final do séc. XIX com a industrialização, diversificação das atividades económicas e desenvolvimento social, nomeadamente a aquisição do direito a férias, geraram possibilidade de viajar a pessoas de outros estratos sociais que, até aí, não tinham meios para as realizar. Generalizam-se, assim, as viagens e os conceitos de viajante, visitante e turista começam a confundir-se. É então definido, em 1963, numa conferência das Nações Unidas sobre Turismo e Viagens Internacionais que o viajante é aquele que se desloca para fora da sua área de residência habitual por qualquer razão, desde a motivação para conhecer outro local, até aqueles que viajam por força de circunstâncias adversas como perseguições ou conflitos, passando ainda pelos que o fazem na procura de melhores condições de vida e de trabalho. Distingue-se depois viajante de visitante. O visitante é aquele que viaja para fora da sua área de residência habitual por razões que não sejam de exercer uma profissão. Enquadrando-se aqui o turismo. Assim, um visitante poderia ser turista ou excursionista. Sendo que, para ser considerado turista a sua viagem implica permanência no país/região visitados por mais de 24h tendo o lazer (repouso, férias, saúde, desporto) ou os negócios como motivação da viagem (Cunha, 2001).

Em Portugal, o turismo aparece, historicamente, relacionado com situações de crises económicas. No final do séc. XIX o país encontrava-se numa situação difícil, depois de terem sido realizadas grandes obras públicas, as dívidas a credores eram avultadas. Expectava-se, em 1893, que podiam ser os visitantes internacionais a gastarem elevadas quantias de dinheiro “Lisboa

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

lucraria enormemente se pela afluência de passageiros aqui ficassem quantias avultadas”, como dizia Mariano de Carvalho, Ministro da Fazenda citado por Licínio Cunha (2001). É, no entanto, a iniciativa privada que promove o despertar do turismo em Portugal (Cunha, 2001), com a criação da Sociedade Propaganda de Portugal em 1906, entidade sem fins lucrativos que visava ajudar o país a promover-se procurando que fosse visitado por nacionais e estrangeiros.

Um marco para o turismo nacional é 1911, ano em que se realiza, em Portugal, o IV Congresso Internacional de Turismo. Nesse ano, também, é criado o primeiro organismo oficial de turismo, o Conselho de Turismo, integrado no Ministério do Fomento. Dá-se início à promoção oficial do país e Portugal começa, de facto, a ser mais visitado. A aprovação de legislação específica leva ao incentivo da atividade e de projetos turísticos, assim como o acontecimento do milagre de Fátima faz com que Portugal seja referido um pouco por todo o mundo. Os anos 20 são de instabilidade, mas também de reformulações. No entanto são tomadas algumas medidas que contribuem para a “organização” do país. Entre os anos 20 e 30 é regulamentado o jogo (associado a estâncias turísticas, Madeira e Estoril), é aprovado o código da estrada, passa a ser obrigatório o licenciamento sanitário dos estabelecimentos hoteleiros e são criadas regras para proteção dos alimentos nos restaurantes. Nos anos 30 as praias começam a vincar o seu lugar, destacando-se as estâncias do Estoril (a nível internacional) e a Figueira da Foz e Espinho (mais a nível nacional) destronando, assim, o lugar cimeiro que as instâncias termais ocupavam em termos turísticos nacionais. Os anos 40 são marcados pela II Guerra, que interrompe os fluxos turísticos, mas também por desenvolvimento no sector dos transportes, com melhorias ao nível da rede viária, inauguração de aeroportos e criação da companhia área TAP. Entre 50 e 59, a importância do turismo era reconhecida por alguns mas, para Salazar, o turismo era “um pouco da alma do povo que se vendia”, comentava assim Marcelo Caetano (*cit in* Milheiro e Santos, 2005). É, no entanto, na década de 50 que surgem as Regiões de Turismo.

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

É a partir dos anos 60 que se dá o desenvolvimento efetivo do turismo e o país afirma-se como país dos 3 S's (*Sun, Sea and Sand*). Para tentar fazer face a problemas financeiros agravados pelos gastos de manter as guerras coloniais, Salazar vê-se obrigado a fazer algumas concessões a bem do desenvolvimento do turismo. O aumento da utilização do avião faz com que Portugal receba cada vez mais visitantes. Licínio Cunha (2003) situa o começo do desenvolvimento do turismo em Portugal nos anos 1963 / 64. A massificação do turismo dos anos 60, em função do sol e mar, converte Portugal (assim como o sul da Europa) num espaço de ócio para a população dos países industrializados (Fonseca, 2010). Chegados à década de 70, a economia mundial volta a sofrer novos abalos, nomeadamente com a crise petrolífera levando à diminuição da atividade turística. Em Portugal, as convulsões sociais e os movimentos militares de 1974 fizeram com que o turismo internacional sofresse uma diminuição. Em contraponto com a procura externa, a procura interna aumenta significativamente em virtude das regalias adquiridas com a Revolução de Abril. A aposta no turismo interno mantém-se nos anos 80. Começa também nesta década a procurar-se a diversificação da oferta, de forma a descolar Portugal da imagem do país de sol e mar. A entrada na então Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 coloca o país como um destino turístico prestigiado e experiente. Em 1986 é ainda apresentado o primeiro Plano Nacional de Turismo (pioneiro no género) tentando terminar um ciclo de crescimento sem qualquer planeamento estratégico. Trata-se da adoção de uma nova estratégia de desenvolvimento (Cunha, 2003) e é neste contexto que surgem novas formas de turismo como o TER.

O Ano Europeu do Turismo (1990) deu início a uma década de ouro para Portugal, com uma série de iniciativas de carácter internacional, como Lisboa – Capital da Cultura em 1994 e a Exposição Mundial de Lisboa – Expo'98. Já no novo século, a organização do Euro/2004 deu também um novo impulso ao turismo nacional.

Resumindo, apesar de ser considerado um setor recente da economia, o termo turismo já era utilizado no séc. XVIII apesar de estar confinado às elites da burguesia. Durante a década de 50, como resultado do crescimento

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

económico do pós-guerra, foi-se estendendo a outras camadas da sociedade. Formou-se, a partir daqui, o chamado turismo de massas, resultado do aumento dos tempos de descanso e de férias, consequência dos direitos laborais adquiridos e do aumento de poder de compra. No final do séc. XX é considerado que aquele tipo de turismo atinge o seu limite, surgindo na sociedade novos tipos de turistas que rejeitam o turismo de massas e “exigem” formas alternativas de turismo, pretendendo diferenciar-se na multidão e afirmar a sua individualidade.

Denota-se, por esta evolução, que o turismo está dependente das condições de vida da sociedade e dos comportamentos humanos. Cunha (2003) considera mesmo que se pode dizer que o “turismo é uma das atividades humanas mais expostas às mudanças na sociedade em virtude das transformações económicas, sociais, políticas, culturais e tecnológicas (...)”. Ao estar tão dependente dessas transformações, o turismo vai refleti-las nas diferentes formas que vai assumindo (Cunha, 2003).

O novo século (XXI) traz novas procuras que obrigam a repensar o tipo de oferta. A sociedade evoluiu no sentido da industrialização e da evolução tecnológica. Assim como as máquinas também o Homem acelerou o seu modo de vida, numa corrida contínua, em que as economias dos países exigem trabalhadores a tempo inteiro. Associado ao trabalho e por oposição ao mesmo, temos o tempo livre. Desta inter-relação e dualidade de conceitos surgem várias teorias e estudos que ajudam a perceber a evolução crescente, e pela positiva, do turismo.

Dumazdier, sociólogo francês, foi pioneiro nos estudos de tempo livre e lazer, formulando a teoria dos 3D's: Descanso, Divertimento, e Desenvolvimento, relacionando o lazer com os valores sociais e culturais (Dumazedier, 1979 *cit* por Almeida e Araújo, 2012). Nesta perspetiva sociológica verifica-se que as pessoas procuram, ou devem procurar no lazer, uma forma de autoformação.

Lazer é o conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

voluntária ou sua livre capacidade criadora após livra-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares ou sociais. Dumazdier (1988, p.34)

O lazer é, assim, visto como o tempo em que a pessoa se pode dedicar àquilo que realmente quer fazer e não apenas ao tempo em que não se encontra no seu local de trabalho visto que são identificados tempos de “não lazer” fora do emprego, dadas as várias obrigações familiares, escolares e sociais que ocupam tempo. Nesse “tempo de liberdade” pode optar-se pelo descanso, pela diversão ou pelo desenvolvimento de atividades que estimulem a capacidade criativa proporcionando a aquisição de novos conhecimentos.

Nesta procura incessante de novas formas de ocupação do tempo livre, o turismo é reconduzido, desenvolvendo-se sob novas formas, surgindo novos tipos de turismo. Licínio Cunha, em 2003 apontava como indispensável a criação de novas ofertas capazes de responder a diferentes tipos de procura, isto porque “a procura do lazer ao democratizar-se tornou-se fragmentada e segmentada” (Cunha, 2003 p.46). Esta segmentação significa que existem grupos de pessoas com o mesmo tipo de interesses e que, por isso, têm as mesmas motivações para viajar. Isto permite a criação de produtos turísticos especializados, alguns deles considerados “inimagináveis na década de oitenta, tais como o *trekking*, desportos radicais, *leisure shopping*, *healths resorts*, turismo industrial (...)” (idem).

1.2. Ecoturismo e Turismo de Natureza

A tomada de consciência de que as ações do Homem influenciam todo o ecossistema assim como o ambiente presente e futuro não é de agora. Mas no final do séc. XX, assiste-se ao despertar dessa consciência à escala mundial, fazendo com que teorias, ideias e filosofias de vida “mais amigas do ambiente” se generalizem. O conceito de “desenvolvimento sustentável”, introduzido no relatório “Nosso Futuro Comum” da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, surgiu em 1987. Ainda antes disso, já em 1962, a publicação do livro “*Silent Spring*” de Rachel Carson abordava as

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

questões da poluição e das consequências das ações Humanas na degradação do ambiente.

A atividade turística não passa imune a estas questões, e na década de 60, quando o turismo começa a massificar-se, surgem as questões sobre o impacto que essas atividades exercem sobre os territórios onde são desenvolvidas. Surgem conceitos como “capacidade de carga”, “saturação turística” e “turismo sustentável”. O grau de atenção dado a estes temas aumenta, fazendo com que nos anos 80 surjam acordos, parcerias e declarações de princípio, com intenção de travar os inconvenientes apontados à prática turística sobre o ambiente. O planeamento para o turismo ao nível mundial passa a ter em conta a necessidade de preservação do ambiente e, mais ainda, a necessidade de encarar esse cuidado com o ambiente não como um obstáculo mas como uma oportunidade de futuro (Cunha, 2003).

É neste contexto que se difundem as práticas e os conceitos de ecoturismo. Se bem que já no séc. XIX são conhecidos como ecoturistas “pessoas com interesse nas peculiaridades da natureza (...)” (Ferreti, 2002; p. 116). No entanto, é o início do séc. XXI que marca o reconhecimento mundial desta “nova” filosofia turística sendo mesmo consagrado o ano 2002 como “Ano internacional do ecoturismo” pela OMT. No mesmo ano da convocação da Cimeira Mundial de Ecoturismo / *World Ecotourism Summit* (WES), pelo Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) e pela OMT resulta a “Declaração de Quebec (Q.D.)” que reconhece o ecoturismo como um tipo de turismo sustentável.

A definição de ecoturismo não está, ainda, fechada. Vários autores têm dado o seu contributo complementando uma definição que é vista, cada vez mais, de forma abrangente e, por isso, difícil de resumir. Tem, desde logo, vários outros conceitos associados, como sendo o turismo de natureza, turismo aventura ou turismo sustentável. Pode dizer-se que é, de facto, um pouco de cada um, sem no entanto, se resumir a nenhum deles. A *International Ecotourism Society* (TIES) considera o ecoturismo como “viagens responsáveis a áreas naturais que conservam o meio ambiente, sustenta o bem-estar das populações locais, envolve interpretação e educação” (TIES, 2015).

Ao nível sociocultural, identifica-se como turismo sustentável na medida em que tem uma vertente que procura gerar benefícios para o local e a população residentes do destino turístico, fazendo com que o turista se envolva com a comunidade conhecendo a sua cultura e modos de vida. Assim, ao mesmo tempo que o turista se envolve numa nova experiência, a comunidade auto valoriza-se, podendo levar à manutenção de tradições e de modos de saber-fazer. O ecoturismo procura o envolvimento concreto da comunidade do local de destino turístico, sendo a situação ideal aquela em que a própria comunidade identifica os seus recursos turísticos e desenvolve formas de os tornar produtos turísticos, capazes de gerar rendimentos.

A sustentabilidade ambiental também é uma bandeira do ecoturismo pois este tipo de turismo procura ser ecologicamente sustentável, minimizando os impactos indesejáveis sobre o meio ambiente. Este objetivo é concretizado na adoção de medidas como utilização de recursos locais nos alojamentos e restauração, implementação de medidas para redução de consumo de energia e água, redução da produção de resíduos, criação e desenvolvimento de fórmulas que permitam utilizar o rendimento gerado na manutenção do meio ambiente.

A relação entre o ecoturismo e a natureza é clara na medida em que o principal recurso a ser “explorado” pelo turismo são as características específicas da geografia, fauna, flora, geologia (entre outras) de um determinado local, que os turistas pretendem contemplar e conhecer. Outro dos recursos principais é a cultura associada a cada local. As práticas de ecoturismo pretendem possibilitar ao turista o conhecimento da essência daquelas características numa perspetiva de educação e valorização ambiental.

Quanto ao Turismo de Natureza, em Portugal é regulamentado, em 1998 quando, por Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98, é criado o Programa Nacional de Turismo de Natureza dado o reconhecimento de que “os espaços naturais surgem cada vez mais, no contexto internacional e nacional, como destinos turísticos em que a existência de valores naturais e culturais constituem atributos indissociáveis do TN, este programa é aplicável na Rede

Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) tendo em vista “a promoção e afirmação dos valores e potencialidades que estes espaços encerram, especializando uma atividade turística, sob a denominação «turismo de natureza», e propiciando a criação de produtos turísticos adequados.”

A prática de atividades de TN tem regulamentação própria que, no âmbito deste trabalho, importa referir. O reconhecimento destas atividades estava, até 3 de Setembro de 2015, expresso no art.º 20 do Decreto-Lei 95/2013 de 19 de Julho, que procede à primeira alteração do Decreto-Lei 108/2009, de 15 de maio, que, por sua vez, estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos. Finalmente já em 2015, foi publicado o Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro, que estabeleceu alterações ao regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos Empreendimentos Turísticos e à legislação sobre as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos. Através desta alteração, de acordo com o legislador, pretendeu-se lançar as bases para a regulamentação e reconhecimento do turismo de natureza (TN), indo ao encontro da revisão em curso do Programa Nacional de Turismo de Natureza, nomeadamente na adesão à marca nacional Natural.PT. O objetivo é garantir que o crescimento do TN se encontre associado a critérios de preservação, de sustentabilidade e de responsabilidade ambiental.

Ainda nesta lógica, tendo em vista a promoção do turismo de natureza, o citado decreto -lei eliminou as taxas devidas pelo reconhecimento, quer de empreendimentos turísticos, quer de atividades de animação turística. No que respeita, em particular, ao reconhecimento como turismo de natureza de atividades de animação turística, promoveu ainda a responsabilidade empresarial e as boas práticas ambientais em todas as áreas integradas no SNAC e, em benefício, nomeadamente, das micro, pequenas e médias empresas, procedeu à simplificação do processo de reconhecimento.

Por fim, tendo presente a necessidade de ponderar o alargamento do reconhecimento como turismo de natureza aos estabelecimentos de

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

alojamento local, mas considerando a necessidade de se recolher informação consolidada do recente sistema de registo e do normal acompanhamento e supervisão da atividade, o diploma estabeleceu que o alargamento deste regime aos estabelecimentos de alojamento local será objeto de avaliação no prazo de um ano a contar da sua entrada em vigor, o que ocorreu a 4 de setembro.

Para a definição do TN, a THR - Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A., entidade que realizou estudos sobre os produtos estratégicos para Portugal, definidos pelo Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), publicados pelo Turismo de Portugal (2006), utilizou a motivação principal e o tipo de atividades realizadas para descrever as experiências, pretendidas e vividas, pelos turistas. Assim, a motivação principal do turista de natureza será a de “viver experiências de grande valor simbólico, interagir e usufruir da Natureza”. E os tipos de atividades praticadas são: “Atividades desportivas, contemplação da natureza e outras atividades de interesse especial”. Relativamente ao tipo de experiências vividas, foram subdivididas em dois tipos de experiências, as de natureza *soft* e *hard*. Como os nomes indicam, “mais fáceis” – *Soft*, como por exemplo percursos pedestres (que impliquem fraco esforço físico) ou observação de fauna. Sendo este tipo de experiências as mais praticadas, representado cerca de 80% do total de viagens de TN. Os restantes 20% referem-se a turistas que preferem atividades que requeiram mais esforço e dedicação física, são as consideradas experiências *hard*, como a prática de descidas de rios ou canoagem. Dentro deste tipo de experiência estão também englobadas atividades que requeiram graus de conhecimento mais profundos sobre determinado tema como, por exemplo, a observação de aves.

Ao nível europeu o número de viagens internacionais que têm como motivação principal o TN encontra-se já nos 22 milhões, representado um peso de 9% no total de viagens realizadas pelos europeus. Estes números revelam um crescimento acumulado de cerca de 7%, registado entre 1997 e 2004, segundo calcula a THR (2006). Alemanha e Holanda são principais responsáveis por estes números e, por isso, considerados como principais

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

emissores deste tipo de turistas. Em conjunto, representam 45% do total das viagens de natureza realizadas pelos europeus. Em relação ao total das viagens internacionais, a Holanda é o país com a taxa mais elevada de procura por este tipo de turismo, sendo, no entanto, a Alemanha, em termos absolutos o país que emite mais turistas de natureza. Em 2004 registaram-se mais de 5 milhões de viagens de natureza. Estas viagens, na Europa têm, maioritariamente (mais de 80%) uma duração de 4 ou mais noites.

Além das viagens que têm no TN a sua motivação principal, a THR, estima que cerca de 30.000 viagens tenham como motivação secundária este tipo de turismo. Ou seja, numa viagem que tenha sido realizada com um dado objetivo principal (por exemplo o destino de sol e mar) o turista desenvolve também atividades no âmbito do TN. Este facto revela que, além de, considerado isoladamente, o TN pode ser considerado para complementar e enriquecer outras tipologias de turismo.

Segundo o Decreto-Lei 95/2013 de 19 de Julho, empresas de Animação Turística “são pessoas singulares ou coletivas que desenvolvem, com carácter comercial, atividades lúdicas de natureza recreativa, desportiva ou cultural, que se configurem como atividades de turismo de ar livre ou turismo cultural e tenham interesse turístico para a região em que se desenvolvem”.

Nas situações em que estas atividades se desenvolvem em áreas classificadas ou outras com valores naturais designam-se por “atividades de turismo de natureza”. Este tipo de atividades tem de ser reconhecido como tal pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., nos termos do citado diploma, e as empresas que as organizam estão obrigadas a cumprir vários requisitos, entre os quais se destaca a adesão formal a um código de conduta de cumprimento obrigatório aprovado por Portaria Governamental.

Para além das “empresas de animação turística” também os “empreendimentos turísticos que se destinem a prestar serviço de alojamento em áreas integradas no SNAC ou em outras áreas com valores naturais e que disponham de um adequado conjunto de infraestruturas, equipamentos e serviços complementares que permitam contemplar e desfrutar o património

natural, paisagístico e cultural, tendo em vista a oferta de um produto turístico integrado e diversificado, podem ser reconhecidos como turismo de natureza”, segundo a nova redação dada ao art.º 20º do Decreto-Lei 39 / 2008, de 7 de Março, pelo, já citado, Decreto-Lei 186/2015, de 3 de Setembro, e desde que cumpram os requisitos aí definidos. Para o exercício dessas atividades, os prestadores de serviço devem, ainda, ter em atenção a obrigatoriedade dos seguros específicos.

Segundo a legislação em análise, dentro das áreas integradas no SNAC e fora dos perímetros urbanos e da rede viária nacional, regional e local, aberta à circulação pública, o exercício de atividades de animação turística, apenas pode ser promovido por empresas reconhecidas nos termos previstos do, já citado, art.º 20. Entre as atividades permitidas, segundo o nº 2 do art.º 24º do Decreto-Lei 95/2013 de 19 de Julho, destacam-se:

- a) Passeios pedestres, expedições fotográficas, percursos interpretativos e atividades de observação de fauna e flora;
- b) Atividades de orientação;
- c) Atividades de *teambuilding*;
- d) Jogos populares;
- e) Montanhismo, escalada, atividades de neve, *canyoning*, *coasteering*, e espeleologia;
- f) Arborismo e outros percursos de obstáculos com recurso a rapel, *slide*, pontes e similares;
- g) *Paintball*, tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares;
- h) Balonismo, asa delta sem motor, parapente e similares;
- i) Passeios de bicicleta (cicloturismo ou BTT), passeios de *segway* e em outros veículos não poluentes;
- j) Passeios equestres, passeios em atrelagens de tração animal e similares.

1.2.1. Atividades desenvolvidas em contexto de montanha

Em Portugal ainda não se pode dizer que a prática de ecoturismo esteja generalizada, no entanto, já existe oferta e procura enquadrada neste tipo de turismo. Aparece muitas vezes relacionada com o Turismo de Natureza (TN) e associado a atividades desenvolvidas em áreas de montanha.

A montanha é definida como “elevação natural e considerável do solo” no Dicionário da Língua Portuguesa (2001). As montanhas portuguesas situam-se sobretudo nas regiões a norte do Tejo, abrangendo Minho, Trás-os-Montes, Beiras e a Cordilheira Central, acima dos 700m (Ribeiro, 2011 [1945]). Em Portugal, 18% do território nacional, é ocupado por regiões de montanha (Cunha, 2003). A região da Serra da Estrela sobressai entre as regiões de

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

montanha de Portugal Continental, dadas as altitudes das principais localidades, destacando-se a Guarda, com os seus 1000m de altitude. A caracterização das regiões de montanha tem sido feita sob diversas perspetivas, atendendo aos fatores geográficos e geológicos mas também tendo em conta os aspetos sociais, demográficos e económicos destas regiões de características próprias, desde logo, em virtude da altitude e das condições do relevo. Vistas, atualmente, como fontes de recursos e, ironicamente, como áreas despovoadas e deprimidas a nível social e económico, as regiões de montanha portuguesas voltam-se para o turismo procurando uma forma de manutenção das populações, conservação do património e das atividades tradicionais.

Os recursos naturais das áreas de montanha constituem, por si só, atrações turísticas. É o caso da existência de neve, em alguns períodos, assim como as particularidades geológicas e as especificidades da fauna e da flora (como acontece na Serra da Estrela). O ar puro, tantas vezes referido quando se fala destes territórios, é um elemento diferenciador quando se fala em regiões de montanha. A inauguração de um sanatório na Serra da Estrela, em 1907, não é, com certeza, alheia a este facto. Estas são atrações que se podem enquadrar no Turismo de Saúde e de Bem-estar. Assim como as termas, historicamente importantes em várias zonas da Serra da Estrela, que atualmente ganham novas “roupagens” com os tratamentos *spa*. Os modos de vida, o passado histórico, os monumentos edificados e as razões que levaram à sua edificação, constituem, em todos os locais, atrações culturais. Também nas regiões de montanha o mesmo acontece. A montanha pode, assim, criar várias motivações turísticas.

No entanto, a existência de atrações naturais, culturais, climáticas e hidrológicas, pode não ser suficiente para motivar a deslocação de turistas. As atividades de animação turística podem aqui ter um papel importante e, até, determinante, tanto na satisfação dos visitantes e/ou turistas, como na promoção do destino. A animação turística deve ser entendida numa lógica de sustentabilidade, na medida que deverá procurar intervir no sistema turístico de forma a preencher necessidades (ex.: lúdicas, desportivas, de formação, de

recreio) do turista, envolvendo simultaneamente a comunidade e utilizando, de forma adequada, os recursos do território que esteja em causa (Almeida e Araújo, 2012).

Pode afirmar-se que as montanhas são espaços que permitem o desenvolvimento de atividades que contribuem para a prática do TN devida aos recursos aí existentes. Ao serem locais com elevado interesse geológico permitem a realização de atividades como escalada e espeleologia, por exemplo. O facto de ser nas montanhas que os cursos de água têm, muitas vezes, a sua origem e, também aí, traçarem os seus percursos mais acidentados, convida à prática de atividades aquáticas. Em zonas de maior altitude (dada a própria configuração das zonas de montanha) que permitem alcançar, com o olhar, espaços mais amplos, surgem locais onde a observação da paisagem se torna prática reiterada. O contacto e a busca de conhecimento sobre a fauna e a flora locais permitem a criação de atividades mais ou menos especializadas, como *birdwatching*¹ ou passeios pedestres de observação e interpretação da paisagem.

1.3 O Turismo em Espaço Rural

A afirmação dos valores ambientais e ecológicos no início do séc. XX fazem sentir-se nos vários setores da sociedade e tem, naturalmente, reflexos na atividade turística. A “urbanização das sociedades” (Cavaco, 2003 p.35) originada pelo êxodo rural para as áreas urbanas gera na sociedade, também, novos valores. Cria-se a ideia de que as cidades são os locais necessários ao desenvolvimento e sucesso das atividades profissionais, ao mesmo tempo que valorizam, de forma crescente, o tempo livre procurando utilizá-lo de forma a promover o seu próprio bem-estar. Generaliza-se a ideia de que os espaços rurais (por oposição aos urbanos) e apesar de entendidos como meios pouco desenvolvidos e onde não é apetecível viver o “dia-a-dia”, são ideais para restabelecer o corpo e a mente, criando tendências de revalorização daqueles espaços, formando a ideia de que o turismo poderá contribuir para a sua

¹ *Birdwatching: Observação de aves*

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

revitalização (Ribeiro, 2012). A procura do turismo rural está assente em motivações associadas ao espaço rural enquanto espaço que proporciona o contacto com a natureza e as tradições, facultando a possibilidade de uma vivência saudável onde existe a possibilidade de praticar atividades desportivas e de recreio (Kastenholz, 2012).

Ao nível político e institucional a valorização dos espaços rurais em Portugal foi reconhecida em 1983, quando se considerou o turismo rural como sendo de utilidade pública. No entanto, apenas depois da adesão do país à então Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, e com a adoção das políticas comunitárias é que esse tipo de turismo foi impulsionado (Figueiredo, 2012), apesar de se poder contestar as motivações pelas quais isso foi feito. Foi entendido (por alguns) como a forma mais fácil de resolver problemas de abandono dos espaços e de falta de meios para apoiar as atividades aí desenvolvidas, como a agricultura (Balabanian, 1999 *cit* por Figueiredo, 2012). O papel do estado foi sentido sobretudo no incentivo à criação de oferta de unidades de turismo rural, através da promoção de instrumentos jurídicos e financeiros. Iniciativas comunitárias como o “LEADER” e associações regionais como as “Aldeias Históricas” (apoiadas por fundos comunitários) promoveram a oferta de alojamentos turísticos, através da recuperação de edifícios, criação de infraestruturas, requalificação de monumentos e fomento do artesanato (Cavaco, 1999 *cit* por Figueiredo, 2012).

O Programa LEADER I (de 1991 a 1993) e o Programa LEADER II (de 1994 a 1999) proporcionaram “a aplicação de uma nova abordagem para o desenvolvimento rural contribuíram para a consolidação de uma nova política de desenvolvimento sustentável para os territórios rurais. (...). O impacto de alguns projectos apoiados nas zonas rurais (nos programas LEADER I e II foram executados mais de 9 000 projectos, com um investimento total de 61.807.048 contos e, no LEADER+, foram já apoiados 2 539 projectos, com um investimento total de 122.620.738 euros) é visível nalguns dos efeitos que estes apoios tiveram, quer para os promotores de projectos, quer para os territórios, ao nível por exemplo, da mudança da sua vida, da valorização dos recursos naturais, da promoção de actividades que estavam em risco de desaparecimento, da recuperação de sítios históricos, da criação de pequenas empresas, da descoberta de nichos de mercado, entre muitos outros aspectos. (...) (Resende, 2003).

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

Os empreendimentos de TER estão, atualmente, regulamentados pelo Decreto-Lei 15/2014 de 23 de Janeiro. Depois de disporem de um regime jurídico próprio, estabelecido pelo Decreto-Lei 54/2002 de 11 de Março, foi consagrado em 2008 (Decreto-Lei 39/2008 de 7 de Março) um novo regime jurídico de instalação de empreendimentos turísticos que foi alterado logo no ano seguinte, em virtude do Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa — SIMPLEX 2007. O Decreto-Lei 15/2014 de 23 de Janeiro procede a ajustes e alterações considerados necessários face à atual conjuntura económica e à necessidade de simplificação e eficiência de processos. Uma das alterações mais revelantes foi a autonomização da figura do Alojamento Local. No n.º 1 do art.º 18 deste Decreto-Lei encontramos a definição de empreendimento de turismo em espaço rural:

São empreendimentos de turismo no espaço rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, preservando, recuperando e valorizando o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico dos respetivos locais e regiões onde se situam, através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, de modo a ser assegurada a sua integração na envolvente.

Os números seguintes do mesmo art.º descrevem as diferentes modalidades deste tipo de empreendimentos, subdividindo-se em três grupos com características próprias:

Casas de Campo (CC): São casas de campo os imóveis situados em aldeias e espaços rurais que se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitetura típica local.

Agro – Turismo (AT): São empreendimentos de agro-turismo os imóveis situados em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável.

Hotéis Rurais (HR): São hotéis rurais os empreendimentos turísticos que cumpram os requisitos de classificação aos estabelecimentos hoteleiros, bem como o disposto no n.º 1 (atrás referido), podendo instalar-se ainda, em edifícios novos, construídos de raiz, incluindo não contíguos.

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

O Turismo de Habitação (TH) é outra modalidade de alojamento que podemos encontrar em meios rurais, apesar de se poder localizar também em meios urbanos. Esta modalidade tem particularidades distintas das atrás referidas. São empreendimentos de TH os estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam representativos de uma determinada época, nomeadamente palácios e solares.

Figura 1 - Estabelecimentos TER-TN 2007 - Tipologia geográfica das principais áreas de oferta



Fonte: Adaptado de IESE – Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e Turismo de Natureza em Portugal (2008) p.14

Quanto ao número e distribuição, representada na figura 1, dos empreendimentos de TER, pode ler-se, na página da internet do Turismo de Portugal I.P. (TP), que em 2008 estavam em funcionamento, em Portugal, 1047 unidades de TH e TER, com um total de 11692 camas disponíveis, sendo as modalidades de TER e TH a concentrarem 56,8% das camas existentes no país.

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias**Quadro 1 - Número de estabelecimentos segundo o tipo, por regiões (NUTS II) - 2014**

NUTS	Total TER e TH	Turismo no Espaço Rural				Turismo de Habitação
		Agro-turismo	Casas de Campo	Hóteis Rurais	Outros TER	
PORTUGAL	883	119	426	60	103	175
CONTINENTE	760	114	338	57	90	161
Norte	331	49	136	23	41	82
Centro	165	17	70	11	18	49
Lisboa	29	3	15	2	2	7
Alentejo	195	37	98	15	23	22
Algarve	40	8	19	6	6	1
REG. AUTÓNOMA AÇORES	81	2	58	0	13	8
REG. AUTÓNOMA MADEIRA	42	3	30	3	0	6

Fonte: INE – Estatísticas do Turismo 2014 (2015) p. 78

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2014, o número de empreendimentos TER registou um aumento 6,1% no número de estabelecimentos, passando a contar-se 883 unidades em Portugal (este número, apesar do crescimento mostra-se inferior ao registado em 2008), localizando-se na região centro 165 unidades.

Segundo os dados detetados pela TCP, no âmbito das suas competências, através do recurso ao RNET, protocolos com os municípios e monitorização permanente da atividade turística sub-regional, existem atualmente cerca de 535 unidades de alojamento TER na região centro, contando-se, entre estas, mais de 150 na região da Serra da Estrela.

A aparente incompatibilidade dos dados apresentados deve-se ao facto de, por vezes, os números das estatísticas disponíveis não serem os mais adequados à realidade. Enquanto o INE nos diz que em 2014 existiam 165 empreendimentos TER na NUTs II – Centro, na TCP existe informação de mais de 150 empreendimentos licenciados e em funcionamento só na delegação da Serra da Estrela. Quando e como poderão surgir estas situações:

- Quando não são contabilizados empreendimentos que não respondem aos inquéritos?

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

- Quando os dados que os empreendimentos apresentam não cumprem determinados requisitos?
- Quanto existem critérios diferentes para classificar a mesma realidade?

É um facto que o TER é uma tipologia de alojamento muito particular e específica e em que o contacto com os seus responsáveis nem sempre é fácil. Sendo a incapacidade e a falta de vontade em fornecer informação apontadas como características das empresas de pequena dimensão (Covin & Slevin, 1989, *cit* por Reichel e Haber, 2005), podem expectar-se dificuldades na recolha de informação e posteriores análises que tenham o TER como objeto de estudo.

No entanto, é preocupante a falta de compatibilidade dos dados oficiais com diferentes proveniências sem serem alertados os leitores para possíveis incongruências ou, pelo menos, serem explicitadas de forma acessível as diferentes metodologias de recolha de dados.

1.4 Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) e Turismo 2020

Atendendo aos diferentes públicos, os responsáveis pelo turismo em cada país, com intenção de planear a sua oferta turística delinearam planos estratégicos. Estamos, desde final do ano passado a viver um momento de transição, entre o PENT, publicado em 2006 e aprovado pelo Governo em 2007, para o horizonte de 2006 – 2015 (PENT 2006 – 2015) e o Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Turismo 2020, traçado para o período de programação comunitária entre 2014 e 2020. Esteve igualmente em discussão pública, até 10 de agosto de 2015, o documento “Turismo 2020 – cinco princípios para uma ambição”, com o qual se pretendia substituir o PENT como referencial estratégico para o setor, entre 2016 e 2020. As recentes alterações no panorama político nacional sugerem que este referencial seja repensado a breve trecho.

Apesar de ser incontestável que o turismo conquistou um papel central na economia portuguesa entre 2006 e 2013, registou-se um esmorecer de crescimento com a crise, sobejamente conhecida, sobretudo entre 2008 e 2009, que levou a repensar estratégias. Houve, por isso, uma revisão do PENT iniciada em 2011, com o lançamento, à discussão pública e debate nacional, em especial junto dos intervenientes das várias áreas de influência do Turismo, que culminou, em janeiro de 2013, com a aprovação das linhas gerais da revisão do PENT- Plano de Desenvolvimento do Turismo no Horizonte de 2015. Esta revisão procurou ajustá-lo ao período de instabilidades nos mercados financeiros e fraco crescimento económico dos países da União Europeia. Podemos ler, no sumário executivo daquele plano, disponibilizado na página de internet do TP que o PENT “é uma iniciativa do Governo, da responsabilidade do Ministério da Economia e da Inovação, para servir de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do turismo nacional nos próximos anos, e orientar a atividade do Turismo de Portugal, IP, entidade pública central do sector.”

A sua revisão, em 2013, não alterou os produtos turísticos definidos como estratégicos em 2006 para o turismo em Portugal (Gastronomia e vinhos; *Touring* cultural e paisagístico; Saúde e bem-estar; Turismo de natureza; Turismo de negócios; *Resorts* integrados e turismo residencial; *City breaks*; Golfe; Turismo náutico; Sol e mar). Os produtos “Turismo de Natureza” e “*Touring* Cultural e Paisagístico” foram os apontados para desenvolvimento (2006 a 2015) na região da Serra da Estrela, tendo em vista o seu crescimento em torno da neve, mas também da natureza e património, dados os recursos naturais, culturais e paisagísticos deste destino. A estratégia para o produto “Turismo de Natureza”, segundo o que consta no documento de revisão do PENT, passava por “estruturar a oferta de turismo de natureza, nomeadamente em meio rural, em particular para os segmentos de passeios (a pé, de bicicleta ou a cavalo), de observação de aves ou do turismo equestre, melhorando as condições de visitação e a formação dos recursos humanos”. No PENT, o produto “*Touring* Cultural e Paisagístico” foi apontado como importante para a generalidade dos destinos nacionais, devido à variedade de recursos e outros atrativos que podem ser visitados em curtas distâncias. A dimensão do país e a

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

diversidade de recursos (como os parques naturais e os monumentos das cidades com passado histórico relevante) são encaradas como vantagens comparativas para Portugal. Esta visão estratégica, que coloca enfoque nos recursos naturais e paisagísticos, vai ao encontro da procura do turista que tem em atenção as questões ambientais e sociais do território que visita. Procurando fazer do turismo uma atividade atenta aos aspetos imateriais, como a preservação do património natural e cultural, atento aos valores humanos e não focada, apenas, em aspetos económicos, como perspectivava Licínio Cunha (2003 p. 31).

O plano atual Turismo 2020 procurou "casar" o PENT com o programa Portugal 2020, segundo o então secretário de Estado do Turismo, Adolfo Mesquita Nunes, em entrevista ao Jornal de Negócios, a 15 de Setembro de 2014. Neste plano de ação para o desenvolvimento do turismo em Portugal para o período de programação comunitária 2014-2020 fala-se em objetivos estratégicos, não claramente em produtos turísticos estratégicos (como no PENT) mas encontram-los de forma subjacente. Naquele plano, concretamente no capítulo das tendências internacionais, é referida a crescente preocupação com questões sociais e ambientais, assim como, a preocupação crescente com a saúde, a alimentação e o bem-estar, estas últimas assumidas como novas tendências.

Entre os objetivos estratégicos para a região centro continua a estar latente a importância atribuída aos recursos naturais. A atenção dada à necessidade de sustentabilidade é também referida. Entre os vários objetivos traçados pelo Plano Turismo 2020, e no que se refere à temática em estudo, destacam-se os objetivos:

- “Desenvolver o turismo associado ao território, promovendo a sustentabilidade e a coesão territorial, afirmando a Região Centro enquanto Destino Sustentável
- Aposta no Turismo Médico, de Bem-Estar, Religioso, Turismo de Ambiente, Cultural, Gastronómico, Cinegético, Desportivo e Científico.”

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

A análise às forças e fraqueza, oportunidades e ameaças (*SWOT*) realizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) e publicada no Plano Turismo 2020 (2014), refere o ecoturismo como oportunidade para a região Centro, alegando o “aumento do interesse pelo turismo religioso, de natureza, ecoturismo e ligado ao desporto e competições desportivas (*surf* e outras) ” mantendo-se, relativamente ao PENT, a referência ao TN (CCDRC, 2014 p.72). Ainda naquele plano são enumerados os recursos turísticos de cada região, para a Serra da Estrela são referidas as rotas existentes (“Antigas Judiarias”, “Aldeias Históricas”, “Castelos”, dos “Descobridores” e da “Lã”), a gastronomia e vinhos e ainda o PNSE.

O constante despontar de novas formas de turismo mais não é do que o adaptar da oferta à procura, e vice-versa. A sociedade evolui levando ao surgimento de novos interesses que dão lugar a diferentes motivações. Tantas vezes assistimos à valorização daquilo que parecia esquecido. Tudo isto parece acontecer no turismo, onde as motivações do turista geram ofertas diferenciadas que despertam a curiosidade de outros turistas que, por sua vez, desencadeiam a criação de um outro produto turístico. Este encadeado de situações fez com que, por exemplo, da maior sensibilização social para as questões ambientais, surjam produtos turísticos que têm por base os territórios mais vulneráveis do ponto de vista ecológico e cultural.

Os recursos existentes em Portugal colocaram-nos, desde há vários anos, entre os países mais apetecíveis da Europa, no que toca ao “sol e mar”. Atualmente, a estratégia volta-se para o alargar do leque de ofertas, abrindo novos espaços. A comprová-lo está, por exemplo, a aposta no *surf* e nos desportos náuticos, como forma de reajustar aquele produto “tradicional”. A aposta nas ofertas relacionadas com o TN é também notória, dado que, para muitos, as férias são para descansar mas, da forma mais ativa possível. Também a valorização dos espaços rurais, enquanto território para o lazer, que se verificou nas últimas décadas, fez com que o TER se encontre um pouco por todo o país e continue a fazer parte da estratégia turística para as regiões do interior.

De forma a encontrar os recursos existentes em cada local (país, região, cidade ou aldeia) é necessário conhecê-lo. É o que se procura no ponto seguinte: conhecer o território da Serra da Estrela.

Capítulo 2 - O território da Serra da Estrela

Neste capítulo procura-se identificar a região da Serra da Estrela sob diferentes pontos de vista mostrando a interligação entre eles. Será necessário, desde logo, concretizar do que se está, realmente, a falar quando aquela região é referida. Este é o primeiro desafio deste capítulo, uma vez que o conceito é relativo. Segue-se depois a caracterização física do território que é determinante para a caracterização histórico-cultural e económico-social a qual é também realizada neste capítulo.

Sendo a região da Serra da Estrela muito mais do que o PNSE mas tendo este um “peso” determinante na região, existe, neste capítulo, um ponto específico dedicado a esta Área Protegida (AP) nacional que integra a Rede Natura 2000.

A partir da caracterização física, histórico-cultural e económico-social chegamos ao conceito de Unidade de Paisagem, usada também neste capítulo como forma de identificar as características do território em estudo.

2.1. Enquadramento e terminologia

“Serra mais alta de Portugal continental”, será assim que a grande maioria da população portuguesa responderia à pergunta “O que é a Serra da Estrela?”. Já a resposta à questão “quais os limites da Serra da Estrela?” poderá não ser tão homogênea. Desde as referências à sua localização física em termos geográficos, integrando-a num sistema montanhoso mais amplo ou, colocando outras montanhas como referencial, até às questões das divisões administrativas e dos conceitos de Serra da Estrela para cada entidade, as

respostas podem ser várias. Isto acontece porque o conceito “Serra da Estrela” enquanto região, poderá ser diferente, dependendo da entidade que esteja a referir-se à “Região da Serra da Estrela”.

A adesão de Portugal à CEE, em 1986, obrigou as autoridades nacionais a definir, com maior rigor, a divisão regional, nomeadamente para fins estatísticos e da política regional comunitária. Assim, por Resolução de Conselho de Ministros (nº 34/86 de 5 de Maio) adota-se, para Portugal, a norma comum a todos os estados membros, da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS). Os três níveis (I, II e III) que a constituem são definidos por cada Estado Membro em função das “características específicas nacionais” e “dos objetivos espaciais das políticas nacionais de desenvolvimento regional”, conforme redação da referida Resolução de Conselhos de Ministros.

Após ajustamentos realizados estabelecem-se, em Portugal, através do Decreto-Lei 46/89 de 15 de Fevereiro, a composição das NUTS II e III. Cinco unidades de nível II da NUTS do Continente (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve). Inseridas na NUTS II Centro contam-se dez unidades de nível III da NUTS. Entre elas as Unidades Territoriais “Serra da Estrela”, “Beira Interior Norte” e “Cova da Beira”, pertinentes para o presente trabalho. Neste contexto, a expressão “Serra da Estrela” dá nome a um território de três municípios.

Para efeito de organização ao nível do turismo a “Serra da Estrela” constituía, já em 1957, uma Região de Turismo. Criada pelo Decreto-Lei 41089/57 de 2 de Maio e constituída pela área dos municípios de Belmonte, Covilhã, Fundão, Gouveia, Manteigas e Seia. Várias alterações se seguiram, com entradas e saídas de municípios (entre outras). Em 1993, o Decreto-Lei 263/93 de 24 de Julho, aprova os estatutos da Região de Turismo da Serra da Estrela, por força do Decreto-Lei 287/91, de 6 de Agosto, que aprova o regime jurídico das Regiões de Turismo, revogando a Portaria 297/83 de 22 de Março. O nº 6 do Decreto-Lei 263/93, de 24 de Julho, define as atribuições da Região de Turismo. Começando pela “valorização turística da região”, passando pelo “aproveitamento equilibrado das potencialidades turísticas”, até à atribuição de

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

“colaborar com os órgãos centrais da Administração e as autarquias no sentido de serem alcançados os objetivos de política nacional definidos para o sector”. Nos anos seguintes, nomeadamente entre 2001 e 2004, ocorreram mais entradas (Almeida, Fornos de Algodres, Pinhel e Trancoso) e saídas (Fundão) de municípios, respetivamente.

Mais recentemente, com o Decreto-Lei 67/2008 de 10 de Abril, no âmbito da modernização da Administração Pública e do Programa de Reestruturação da Administração Central (PRACE), com objetivos de ganhos de eficiência, racionalização e automatização, tendo em vista a redução do número de serviços e recursos, foi criado um organismo central do turismo, responsável pela “prossecução da política de turismo nacional”, o Turismo de Portugal, I.P. (TP).

Aquele decreto-lei estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, considerando, para efeitos de organização do planeamento turístico, cinco regiões de turismo (com uma composição equivalente à definida para cada uma das NUTS II). Estabelece-se ainda que, além das cinco regiões de turismo, são criados polos de desenvolvimento turístico. Um desses polos foi o “Polos de Desenvolvimento Turístico Serra da Estrela”, que integra os municípios das três Unidades Territoriais (UT) NUTS III, anteriormente citadas:

- Serra da Estrela (composta pelos municípios de Fornos de Algodres, Gouveia e Seia)
- Beira Interior Norte (composta pelos municípios de Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso)
- Cova da Beira (composta pelos municípios de Belmonte, Covilhã e Fundão)

Em 2013 ocorre mais uma alteração, a revogação do Decreto-Lei 67/2008, de 10 de Abril, e sua alteração operada pelo Decreto-Lei n.º 187/2009, de 12 de Agosto. Através da Lei 33/2013, de 16 de Maio,

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

estabelece-se o novo regime jurídico das Regiões de Turismo, determinando o art. 2º que “...para efeitos de organização do planeamento turístico para Portugal continental são consideradas cinco áreas regionais de turismo, as quais incluem toda a área abrangida por cada uma das respetivas cinco unidades que constituem o nível ii da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS II) ...”, deixando, assim, de existir o conceito de polo de desenvolvimento regional, nomeadamente, o da Serra da Estrela.

É neste contexto, e através do despacho 8864/13, de 8 de Julho, que são publicados os estatutos da Região de Turismo Centro de Portugal, passando a denominar-se Turismo Centro de Portugal (TCP), com o âmbito territorial de atuação atrás referido, ou seja, território correspondente à NUT II Centro. O mesmo despacho, na alínea d) do nº 1 no art. 34º, determina que a TCP possui “delegação da Serra da Estrela a que corresponde o território das NUT III Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Cova da Beira”. Assim, o entendimento da “Serra da Estrela” enquanto região turística é alargado, em comparação com o entendimento de “Serra da Estrela” enquanto Unidade Territorial NUT III.

Neste âmbito será também importante referir como é colocada a região em estudo em termos de intervenção de fundos comunitários dado que, também neste contexto, a definição de regiões tem relevância para efeitos económicos e sociais, assim como para efeitos de estratégias e políticas de turismo.

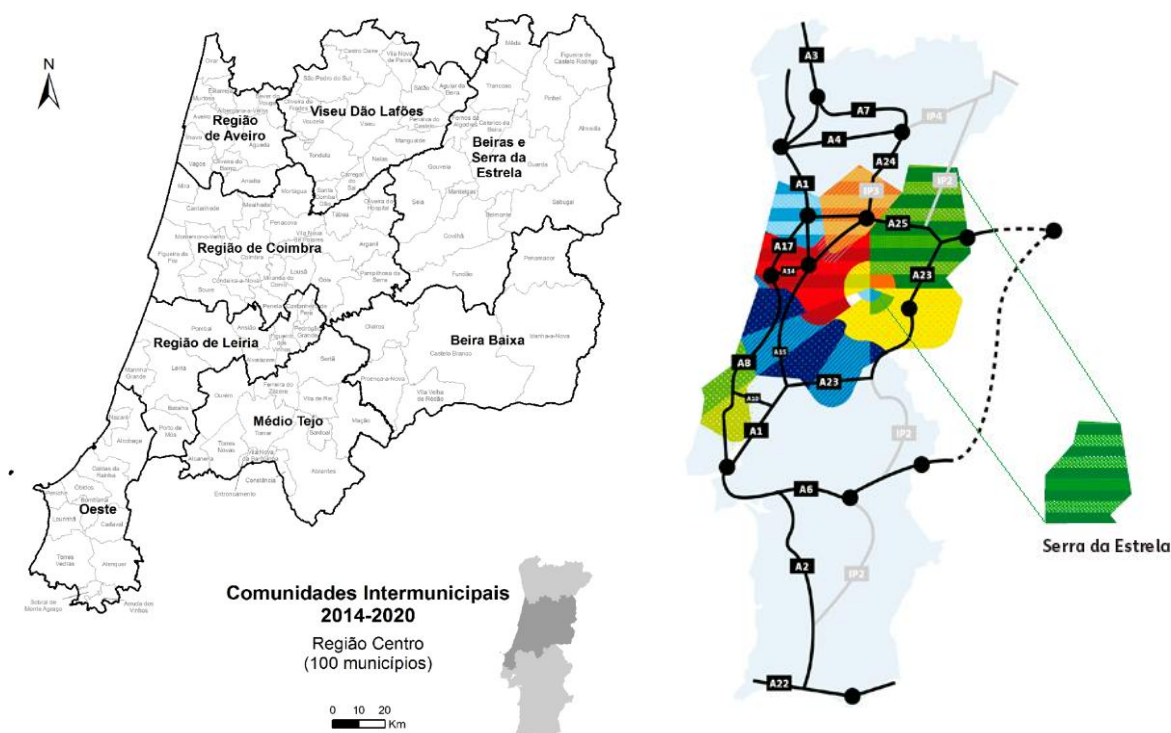
Para o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) foram criadas Unidades Territoriais específicas para o efeito, as UT QREN com as adaptações que se entenderam necessárias e de acordo com a existência de Comunidades Intermunicipais (CIM), criadas com base na Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, que estabelece o regime jurídico do associativismo municipal. A composição da Região Centro abrangia 11 CIM, e incluía a CIM Comurbeiras. Esta última é composta, por sua vez, pelas UT QREN Beira Interior e UT QREN Cova da Beira.

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

Já em 2013, a Lei 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece novo regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova ainda o regime jurídico do associativismo autárquico. Este novo regime em conjunto com o início do novo período de programação comunitária (2014 – 2020), leva à criação de novas CIM, ficando a Região Centro a ser constituída por oito: Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beira Baixa, Oeste e Médio Tejo pela Comunidade Intermunicipal Beiras Serra da Estrela (CIM-BSE). Esta última agrega a UT QREN Serra da Estrela à Comurbeiras (UT QREN Beira Interior e UT QREN Cova da Beira).

O território designado por “Região da Serra da Estrela” pela TCP passa, então, a ser equivalente ao território abrangido pela CIM-BSE, como pode ser visualizado na figura 2, sendo constituído pelos mesmos concelhos. Para a TCP, atualmente, este território é designado por “Delegação Serra da Estrela”.

Figura 2 - Localização geográfica da Região da Serra da Estrela



Fonte: Adaptado de TCP e CCDRC, 2015

A caracterização deste território, apesar de heterógena, terá pontos de contacto. No entanto, o estabelecimento de fronteiras nem sempre é fácil e poucas vezes é unânime. Procura-se, de seguida, fazer um retrato dos aspetos mais importantes para a caracterização da região, tendo em atenção os fatores mais relevantes para a atividade turística.

2.2. Caracterização física

Em termos da geografia física, aconselham-nos, Orlando Ribeiro e Hermani Lautensach (1998, p. 150) a limitar a Serra da Estrela ao último terço da Cordilheira Central da Península Ibérica, constituído quase unicamente por granito, atingindo o cume aos 1991 m de altitude, numa cúpula de formas suaves a que, em virtude da pirâmide geodésica de pedras aí situada, se dá o nome de Torre. Essa “torre” foi erguida a mando do infante D. João (futuro rei D. João VI) em 1806. Os edifícios de planta circular com cúpulas geodésicas, que atualmente também aí se encontram, foram construídos na década de 50 do séc. XX, quando a Força Aérea Portuguesa ali instalou uma estação de radar, desativada em 1970. (Conde *et al*, 2012).

2.2.1. Geologia e geomorfologia

A formação geológica da Serra da Estrela foi sendo feita ao longo de milhões de anos. A sua elevação deve-se a movimentos tectónicos, mas a erosão fluvial e o curso dos rios foram desenhando as linhas gerais do relevo. O maciço central é intercalado por vales, matas, ribeiras e vários acidentes geográficos (Rocha, 2003). A zona central da montanha é constituída predominantemente por granito e a periferia por xistos (Jansen, 2002).

Para justificar a origem destas rochas teríamos de recuar 650 milhões de anos e falar de uma época em que a Península Ibérica se encontrava submersa. Considera-se que aí começou a origem geológica da Serra da Estrela. Ao longo de milhares de anos, o suceder de depósitos de sedimentos, movimentos tectónicos, erosão, glaciações e posterior desaparecimento dos glaciares, conferem à Serra da Estrela o seu perfil, criando um efeito de

escadaria ainda visível atualmente, e deixando as suas marcas que caracterizam a paisagem da Serra da Estrela (CISE, 2012).

O trabalho realizado pela força dos glaciares deixou testemunhos, conferindo originalidade à paisagem da Serra da Estrela (Ferreira e Vieira, 1999). São disso exemplo os vales e circos glaciários, moreias, blocos erráticos e o conjunto de lagoas de montanha mais relevantes a nível nacional (Conde *et al*, 2012). A evolução não parou e a atividade tectónica também não, continuando a existir movimentos ao longo das grandes falhas, responsáveis por sismos e nascentes de água termais (Ferreira e Vieira, 1999).

Após toda esta evolução, a Serra da Estrela diz-se que é constituída por planaltos alongados no sentido SW-NE (Ferreira e Vieira, 1999). A altitude do planalto da Torre, já referida como sendo de 1991m, foi corrigida para 1993m através de medições do Instituto Geográfico do Exército.

A variação de altitude na Serra da Estrela vai desde os 300 aos 1993 metros. Este facto influencia os níveis de precipitação e amplitudes térmicas registadas ao longo do ano, caracterizando, por sua vez, a vegetação que ocorre em cada andar climático (Rocha, 2003). As altitudes vão diminuindo, gradualmente para Noroeste, desde o planalto da Torre até aos planaltos da chamada Beira Transmontana (na zona da Guarda). A imponência da Serra da Estrela vislumbra-se sobretudo no lado Sudoeste com grandes desníveis visíveis. Esses desníveis devem-se aos movimentos tectónicos mas também aos entalhes dos rios (Ferreira e Vieira, 1999).

Em resumo, as forças da natureza dobraram e ergueram a “Serra da Estrela”, tendo-a depois sujeitado a diferentes e contínuos desgastes (Jansen, 2002) conferindo-lhe características próprias.

2.2.2. Os rios e lagoas

A alimentar praias fluviais, ribeiras e fontes, os rios que brotam por entre rochas graníticas na Serra da Estrela são três: o Mondego, o Alva e o Zêzere. O rio Mondego, maior rio inteiramente português (da nascente até à foz e em

todo o seu percurso) tem o Alva como seu afluente. O rio Zêzere (também portugueses em toda a extensão) é um afluente do Tejo e tem, também, na alta montanha o seu berço. Os fios de água que escorrem inicialmente tímidos por entre as rochas, depressa formam cursos de água capazes de moldar a rocha, marcando a paisagem e determinando o coberto vegetal, dando alimento e abrigo a várias espécies animais.

O rio Mondego tem sua nascente no concelho de Gouveia, a uma altitude de 1425m. Trata-se de um rio de montanha com percurso sinuoso e pelo qual vai recebendo pequenos afluentes (Marques, 1996). Passa por Coimbra, deixando a sua forte marca na cidade e fazendo parte da sua história e cultura, para desaguar no Atlântico, na Figueira da Foz, tornando ainda férteis os campos à sua passagem e aos quais dá nome (campos do Mondego). Chamam-lhe “Mondeguinho” à nascente (Simões, 1979), depois há quem o apelide de piegas (Emidio Navarro *cit in* Marques, 1996) e em Coimbra chamam-lhe “Basófias”, devido ao leito inconstante. Mas é, sobretudo, reconhecido como maior rio português.

Afluente do Mondego, o rio Alva nasce nas Penhas Douradas, no sítio do Corgo das Mós aos 1500 m de altitude (Marques, 1996). Ao longo do percurso, até desaguar no Mondego a norte de Penacova, forma belos sítios (Simões, 1979) nomeadamente, várias praias fluviais recentemente requalificadas.

O rio Zêzere com a sua nascente a brotar por entre a rocha granítica junto ao Cântaro Magro, faz parecer que a sua força rasgou a rocha (Rocha, 2013). Iniciando o seu percurso em pleno maciço central, numa zona de altitude de 1640 m, segue até Manteigas quase em linha reta através do vale glaciário (Marques, 1996). Considerado por Carlos Alberto Marques, grandiosamente selvagem (1996, p. 38), este rio, com características dos rios de montanha, atinge declives consideráveis da nascente até chegar à Covilhã (Marques, 1996).

Além dos rios, na Serra da Estrela existem dez lagoas. São consideradas as mais importantes a Comprida, a Seca, a Redonda, a das

Favas, a Escura, a do Peixão e o Lagoacho (Marques, 1996). A mais conhecida é a Lagoa Comprida, de origem glaciária, monumentalizada pela ação do Homem com a construção de uma barragem. As lagoas naturais e artificiais da Serra da Estrela favorecem a biodiversidade e marcam a paisagem.

De referir também as águas termais, sendo as fontes termais mais importante as de Manteigas e de Unhais da Serra (Simões, 1979). Em suma, a água está em toda a parte na Serra da Estrela (Loução, 2013).

2.2.3. Clima

Portugal é um país encruzilhado entre o mediterrâneo e o atlântico. Orlando Ribeiro (e outros) debruçaram-se sobre esta situação, mostrando a influência de ambos nos estados de tempo nas várias regiões do país, nomeadamente em termos de temperaturas, precipitação, humidade do ar e vento. As condições climáticas determinadas pelo mediterrâneo ditam temperaturas elevadas para o Verão, com muito sol e pouca chuva. A temperatura aumenta quando se caminha para o interior, ao contrário da humidade relativa que é superior junto ao Atlântico. Já aqui, as temperaturas são mais amenas. Daquele oceano vêm as massas de ar tropical e húmido que, ao depararem-se com as montanhas do continente promovem precipitações abundantes e prolongadas que adquirem mesmo a forma de neve (Ribeiro, 2011 [1945]).

Também para a caracterização do clima da Serra da Estrela estes são fatores relevantes e que lhe conferem complexidade. Influenciado pela proximidade ao Atlântico e ao interior da Península Ibérica, o clima da região está ainda sujeito ao efeito barreira criado pelas formas do relevo, sobretudo devido à altitude (Jansen, 2002). Essa altitude leva a oscilações de temperatura que se fazem sentir no próprio dia, mês e ano. Segundo dados do Centro de Interpretação da Serra da Estrela (Conde *et al*, 2002) a temperatura diminui cerca de 0,6°C a cada 100m.

A formação de nevoeiro é frequente em quase todos os meses do ano, com exceção de Julho e Agosto. Em todos os outros meses, num ou noutro ponto da Serra é vulgar que se forme nevoeiro (Marques, 1996), podendo estar sol nos planaltos enquanto os vales se encontram cobertos com o nevoeiro, devendo-se ao frio que aí se acumula (Jansen, 2002) formando como que grandes lagos ou parecendo mesmo o mar, visíveis a partir dos pontos mais altos (Marques, 1996), como é disso exemplo o chamado “mar da Covilhã”.

Quanto à precipitação, a distribuição é heterógena, determinada pelo aumento da altitude, mas também pela posição geográfica dos locais. Nas regiões voltadas a oeste registam-se precipitações mais frequentes e mais abundantes (Marques, 1996). Nos locais mais elevados, sobretudo nos meses de Dezembro a Março, essa precipitação ocorre sob a forma de neve.

Discutem-se hoje as alterações climáticas que se fazem sentir por todo o planeta. A constante evolução do clima leva a adaptações mais ou menos lentas, mas importantes no que respeita a práticas culturais e modos de vida. As práticas turísticas são também influenciadas por estes factos, que devem ser tidos em conta quando se traçam estratégias de longo prazo. Nomeadamente para uma região como a Serra da Estrela historicamente ligada ao “turismo de inverno”.

2.2.4. A vegetação

O clima associado à altitude e à exposição solar das encostas da serra e tendo em conta o tipo de solo e não esquecendo a mão do Homem, determinam o coberto vegetal dos locais. Estes fatores são, assim, praticamente indissociáveis na caracterização das regiões.

Estas correlações, em contextos de montanha, permitem identificar a existência de uma distribuição de espécies vegetais definida como que por patamares, desde a base da montanha até às zonas mais elevadas. O conceito de bioclimatologia de Rivas Martinez relaciona o clima com a distribuição da vegetação. Definindo, para o mundo, cinco macro bioclimas: Tropical, Mediterrânico, Temperado, Boreal e Polar. Na região da Serra da Estrela

contactam dois deles, o Mediterrânico e o Temperado, cada um deles com subtipos de características semelhantes. No entanto, mais afetada pelo “Temperado” que cobre as encostas expostas a oeste, a norte e as de maior altitude.

A distribuição da vegetação permitiu “estratificar” a Serra da Estrela em três andares bioclimáticos: o andar basal - desde o sopé até cerca dos 800m; o intermédio - 800 a 1600m e o superior - entre os 1600 e o topo. Contudo a vegetação natural e potencial de cada um dos andares encontra-se, por vezes, dispersa e misturada, formando mosaicos (Jansen, 2002). Podemos, no entanto, dizer que a atual cobertura da Serra da Estrela não tem apenas “mão da natureza”. O coberto vegetal agora visível, sobretudo, nas zonas mais baixas (que são, e foram, também as mais povoadas ao longo do tempo) resulta, na maior parte dos casos, de intensa atividade humana.

A vegetação natural potencial do andar basal seria formada por bosques de carvalhos (carvalho-alvarinho nas vertentes a ocidente, norte e noroeste, e sobreiro nas vertentes sudeste e sudoeste). Atualmente a generalidade desses bosques já não existe tendo sido substituídos, ao longo do tempo, por formações arbustivas de giestas, urzes e sargaços, sobretudo devido às atividades humanas (mais intensa, nestas zonas mais baixas) mas também em consequência dos incêndios (Conde *et al*, 2012). Este ano (2015) os fogos foram especialmente devastadores na região da Serra da Estrela e mesmo no PNSE.

O pinheiro bravo é a árvore dominante, ocupando uma grande área com matas nacionais e particulares, presente desde as altitudes mais baixas até aos 1250m. Não tão difundido como o pinheiro, o castanheiro ocupa também grandes áreas, sobretudo na zona da Guarda (Marques, 1996). As manchas florestais que se encontram sobretudo nas vertentes de declive pronunciado foram, muitas delas, plantadas nos finais do séc. XIX pelos Serviços Florestais (Conde *et al*, 2012). A oliveira também marca presença neste território, subindo a sua distribuição até aos 750m ao longo dos vales do Zêzere, do Mondego e dos respetivos afluentes. Também ao longo das linhas de água marcam presença o freixo, amieiro, salgueiro e choupo (Marques, 1996).

A partir dos 800/900m de altitude e até aos 1600/1800m, no andar intermédio, a vegetação espontânea potencial seria composta por bosques de carvalho-negral nas vertentes ocidentais. Este também ocorreria nas vertentes orientais, em conjunto com a azinheira. Os bosques de bétulas e teixos poderiam ser encontrados nas zonas de maior humidade. A ação do Homem, com a introdução de sistemas de rega, permitiu a cultura de centeio e levou à construção de prados seminaturais (Jansen, 2002). Já a degradação dos bosques de carvalho-negral e da azinheira levou à instalação de urzais e giestais (CISE, 2012).

O andar superior, a partir de 1600 m de altitude, pode dizer-se que apesar de territorialmente menos extenso é o mais singular. É também aquele em que o Homem menos exerceu a sua influência. A presença do zimbro, piorno e caldoeira mantem-se. Em Portugal, os zimbrais rasteiros, os cervunais² e os piornais³ apenas aqui marcam presença. Existem também importantes comunidades ricas em plantas endémicas, isto é, exclusivas, deste lugar, por exemplo a gramínea *Festuca henriquesii*. Acima dos 1600 m de altitude a vegetação é arbustiva baixa. Os solos praticamente inexistentes dão lugar às rochas. Esta zona, do ponto de vista fisionómico é semelhante à do andar subalpino dos Alpes dos Pirenéus (Pena e Cabral, 1989).

2.2.5. Fauna e Flora

Segundo dados do Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE) na região da Serra da Estrela ocorrem centenas de espécies animais, no entanto, longe vão os tempos dos ursos, veados, lobos e enguias. Contam-se atualmente cerca de 2100 espécies de invertebrados, 250 de vertebrados

² Cervunais: “prados húmidos característicos das zonas mais elevadas e de influência atlântica, onde cresce sobretudo o cervum, gramínea que cresce em tufos e cuja continuidade depende do pastoreio extensivo tradicional”, segundo definição do CISE

³ Piornais: giestal dominado pelo piorno, arbusto de flores amarela com grande capacidade de regeneração, nomeadamente após o fogo, segundo definição do CISE

terrestres e aquáticos, 150 de aves, 49 de mamíferos, 20 de répteis, 13 de anfíbios e ainda 8 espécies piscícolas dulçaquícolas

2.3. Parque Natural da Serra da Estrela

A consciência de que o território em estudo (em particular seis concelhos) representa um património único no contexto nacional não é de agora, e com a finalidade de proteger as singularidades da montanha foi instituído em 1976 o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE).

O Decreto-Lei 557/76, de 16 de Julho, nos termos da base IV na Lei nº 9/70 de 19 de Junho que “atribui ao Governo a incumbência de promover a proteção da Natureza e dos seus recursos em todo o território, de modo especial pela criação de Parques Nacionais e de outros tipos de reservas - Regime Florestal”, define a criação do PNSE tendo em “vista ao seu aproveitamento integral através de uma planificação que vise a proteção dos valores da serra e a promoção social das populações”. É delimitada a sua área geográfica e revelada a urgência na preservação do património natural, pecuário e paisagístico. Aquele decreto reconhece a existência de “refúgios de vida selvagem e formações vegetais endémicas de importância nacional”.

O PNSE tem uma das Áreas Protegidas (AP's) mais extensas do país, segundo dados do CISE, atualmente com cerca de 88 850ha, que se estendem desde a Guarda até à Serra do Açor, contendo o ponto mais alto de Portugal continental. O Parque abrange território dos concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia.

Dispõe de um plano de ordenamento, publicado pela Portaria nº 583/90, de 25 Julho, que começou a ser revisto em 1999. Em 2003 o Decreto-Lei 310/2003 de 10 de Dezembro, dá-lhe nova redação. Ao longo dos anos vão sendo feitas alterações, revisões e elaboradas conclusões. É em 2009, por Resolução de Conselho de Ministros nº 83/2009 que é publicado o Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE), sendo os objetivos gerais e específicos descritos no nº 2 e 3, respetivamente, do art.º 2 do referido regulamento.

Os titulares da gestão do PNSE têm sido frequentemente alterados encontrando-se, atualmente, sob alçada do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), fazendo parte da Rede Nacional de Áreas Protegidas.

A QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza, a propósito dos 38 anos de existência do PNSE, publica na sua página de internet uma retrospectiva do que aí se tem feito de bom e menos bom, concluindo que existe:

“(...) necessidade da aplicação de medidas de gestão no Parque Natural que permitam articular o turismo, o ordenamento do território e o desenvolvimento local das populações com a manutenção e o restauro dos ecossistemas naturais, que incluam a alteração da política de ordenamento florestal, a gestão sustentada da atividade cinegética, a criação de programas de incentivos e apoios às práticas agrícolas tradicionais, à pastorícia de percurso e à fixação de população, a promoção do ecoturismo, da agricultura biológica, da gastronomia tradicional e a certificação de produtos de elevada qualidade (por exemplo: água, pão, mel, queijo, carne, plantas aromáticas e medicinais), procurando dinamizar uma economia de proximidade com retorno para as populações locais...” (QUERCUS, 2014).

2.3.1. Estatuto de conservação comunitários

Em 1993, a parte superior da serra, designada por Planalto Central, é declarada pelo Conselho da Europa como reserva biogenética, de forma a valorizar e promover a conservação dos valores biológicos únicos. Segundo a informação disponibilizada no sítio da internet do CISE são vários os instrumentos comunitários que revelam a importância deste território:

(...) reforçando a sua importância internacional para a conservação da natureza, foram designados outros instrumentos de ordenamento e gestão na área da serra como o Sítio de Interesse Comunitário, proposto para integrar a Rede Natura 2000, em 2000 (Resolução de Conselho de Ministros nº 76/00 de 5 de julho), e a Zona Húmida de Importância Internacional ao abrigo da Convenção de Ramsar, em 2005. O Sítio de Interesse Comunitário ocupa uma superfície de cerca de 88 291 hectares e resulta de, nesta área, ocorrer um total de 32 habitats naturais, cinco dos quais prioritários, que

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

dão abrigo a numerosas espécies animais e vegetais cuja conservação a nível europeu se considera prioritária. A Zona Húmida de Importância Internacional abrange uma área de 5075 hectares do planalto superior da serra da Estrela e da cabeceira do rio Zêzere e inclui, a nível nacional, o mais importante conjunto de turfeiras e lagoas de origem glaciária. (CISE, 2012)

A Rede Natura 2000 constitui o instrumento mais importante da política comunitária em matéria de conservação da natureza. Trata-se de uma rede ecológica que abrange o território da União Europeia e que resulta da aplicação, em todos os países, de duas diretivas comunitárias com o objetivo de assegurar a manutenção da biodiversidade, procurando fazê-lo através da conservação de *habitats* naturais de fauna e flora. Estas diretivas criam zonas de proteção e conservação.

As duas diretivas comunitárias de aplicação em todo o território da União Europeia são:

- Diretiva 79/409/CEE do Conselho de 2 Abril 1979, revogada pela diretiva 2009/147/CE de 30 Novembro de 2009, conhecida como Diretiva Aves
- Diretiva 92/43/CEE do Conselho de 21 de Maio de 1992, conhecida com Diretiva *Habitats*

A Diretiva Aves leva à criação de Zonas de Proteção Especial (ZPE) que procuram garantir a conservação de determinadas espécies de aves, e seus habitats, listados no anexo da mesma. A Diretiva *Habitats* promove a criação de Zonas Especial de Conservação (ZEC). A criação destas zonas procura contribuir para a manutenção da biodiversidade, através da conservação dos *habitats* naturais de espécies da flora e da fauna selvagens considerados ameaçados e listados, também, nos respetivos anexos.

Estas diretivas foram transpostas para a ordem jurídica nacional através do Decreto-Lei 140/99, de 24 de Abril, alterado pela primeira e segunda vez através dos Decreto-Lei 49/2005, de 24 de Fevereiro e Decreto-Lei 156-A/2013, de 8 de Novembro, respetivamente. Nos termos do Decreto-Lei 49/2005, de 24 de Fevereiro, foi definida a constituição da Rede Natura 2000,

com a respetiva enumeração dos Sítios da Lista Nacional (que correspondem às ZEC) e das ZPE para Portugal Continental. O mesmo decreto-lei define, ainda, os procedimentos a adotar para a implementação das Diretiva Aves e *Habitats*.

O Plano Setorial da Rede Natura 2000 relativo ao território do continente é aprovado por Resolução do Conselho de Ministros 115-A/2008 de 28 de Julho e trata-se de um instrumento de gestão territorial de concretização da política nacional de conservação e valorização dos sítios e das ZPE, com a respetiva caracterização de habitats naturais e seminaturais que os compõem.

Dos sítios da Lista Nacional faz parte o sítio “Serra da Estrela” com o código PTCON0014 considerado, em simultâneo, Sítio de Importância Comunitária (SIC). Esta classificação foi dada pela Resolução de Conselho de Ministro nº 76/00, de 5 de Julho. O sítio “Serra da Estrela” cobre a quase totalidade do PNSE (97,8%), integra a Reserva Biogenética “Planalto da Serra da Estrela” e parte do sítio RAMSAR “Planalto Superior da Serra da Estrela e Troço Superior do Rio Zêzere”. No SIC “Serra da Estrela”, dados do CISE dão conta da ocorrência de um total de 32 *habitats* naturais, cinco dos quais prioritários, que dão abrigo a várias espécies animais e vegetais com carácter de conservação prioritário a nível comunitário. Entre estes destacam-se os mais emblemáticos e os que aí têm carácter de exclusividade. São, ainda, sinalizados os fatores de ameaça e traçadas medidas de gestão.

O sítio RAMSAR constitui uma zona húmida incluída na Lista de Zonas Húmidas de Importância Internacional. Este conceito surge numa convenção sobre zonas húmidas, que constituiu um tratado intergovernamental adotado em 2 de fevereiro de 1971 na cidade Iraniana de Ramsar. O Estado Português assinou a convenção sobre zonas húmidas em 1980, comprometendo-se assim a assegurar a conservação das zonas húmidas do país, atendendo a critérios de ordem ecológica, botânica, zoológica, limnológica ou hidrológica. No ano 2005 o “Planalto Superior da Serra da Estrela e Troço Superior do Rio Zêzere” foram incluídos nessa lista, tendo em atenção o facto de incluir o mais importante conjunto de turfeiras e lagoas de origem glaciária, a nível nacional.

O POPNSE, já acima citado, menciona os 9,87 ha do Parque reconhecidos em 2003 como *Important Bird Area* (IBA). Os critérios para este reconhecimento, podemos ler na página da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), são compatíveis com os princípios da criação das ZPE's. A IBA “Serra da Estrela” tem o código PT038. Na sua ficha de caracterização, esta área é descrita como importante por albergar “populações de algumas espécies características de zonas de altitude, como a Petinha-dos-campos, o Melro-das-rochas, o Melro-d’água e a Sombria. A diversidade avifaunística acima dos 1.000 metros traduz-se na presença de cerca de 100 espécies durante o ciclo anual”.

Os argumentos para a preservação e valorização da Serra da Estrela são dados a várias escalas, desde a escala local, regional, nacional e até comunitária, como ficou patente nos vários estatutos de conservação atrás referidos. A área do PNSE é onde se verifica a concentração de recursos mais sensíveis e, por isso, mais protegidos. Mas a Serra da Estrela, enquanto zona turística, e de acordo com a abrangência do TCP, engloba ainda outros concelhos com interesses particulares que importa referir, que são também influenciados, diretamente, pela proximidade à montanha.

2.4. Caracterização histórico-cultural e económico-social

A Serra da Estrela está geográfica, histórica e culturalmente integrada na região das Beiras ao mesmo tempo que a região das Beiras tem subjacente a proximidade à Serra da Estrela. Orlando Ribeiro diz mesmo que a “originalidade da Beira reside na Cordilheira Central e no vasto planalto do Mondego” (2011, p.17). Em Portugal existem Beira Alta, Beira Baixa e Beira Litoral. Fala-se também em Beira Transmontana e ainda em Beira Interior (BI). Estas designações poderão ter por base a proximidade à Serra da Estrela, dado o papel fundamental por ela desempenhado na divisão do espaço físico nacional (Mattoso *et al*, 2011). O próprio significado de expressões como “estar à beira de”, que significa estar próximo, estar sob influência de algo ou de algum lugar, ajudam a perceber o conceito que pode ser um argumento válido para a denominação das referidas regiões.

As delimitações de território e regiões geográficas atendem a fatores humanos, como modos de vida, ocupação do território e características culturais da população. Têm também em atenção o meio natural, como o relevo, solo, manto vegetal. Todos estes fatores criam uma identidade comum a toda a região (Ribeiro, 2011 [1945])

2.4.1. Modos de vida

A passagem de vários povos deixou influências nos modos de vida da população das Beiras, sobretudo o povo Lusitano para quem a pastorícia foi motor de progresso. A posse de rebanhos de ovelhas permitia a comunhão perfeita entre Homem e ambiente. Esta atividade disponibilizava carne, lã e leite e ainda permitia a fertilização das terras (Simões, 1979), apurando duas raças autóctones de ovelhas, a mais conhecida, a Bordaleira e também a Mondegueira (Roteiro Serra da Estrela – Património Natural e Cultural), ambas associadas, até hoje, ao queijo Serra da Estrela. A transumância, prática de pastoreio característica do Homem mediterrâneo (Ribeiro, 2011 [1945]) também é uma característica do pastor da Estrela. Esta prática, caracterizada pelo deslocamento dos rebanhos em busca dos melhores pastos, fazia com que, a partir do mês de Abril, os pastores levassem as suas ovelhas para pontos mais altos, onde pastavam nos relvados de cervum (*Nardus stricta*), até ao mês de Agosto (Ribeiro, 2011 [1945]).

Além do pastoreio, mas em consequência do mesmo, a região assistiu ao progresso, até há poucos anos, da indústria de lanifícios. Cidades como Covilhã e Gouveia são destacadas nesta atividade na Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (Pinto, 1981). Segundo Paulo Loução, “já se encontram referências aos bons tecidos de lã fabricados pelos Lusitanos” (2013:49). A existência de lã como matéria-prima abundante e aproveitando o potencial hidráulico, levam o Marques de Pombal a mandar construir, em 1764, a Real Fábrica dos Panos da Covilhã, (CISE, 2012) contribuindo para o desenvolvimento de um polo industrial que se espalhou um pouco por toda a Serra da Estrela, numa e noutra encosta, na Covilhã, Gouveia, Seia, Unhais da Serra. O declínio deste setor deu-se a partir dos finais dos anos 90, início de 2000.

As atividades económicas giravam, sobretudo, em torno da pastorícia: criação de gado, fabrico e venda de queijo, produção de tecidos de lã, curtume de peles. A prática agrícola resumia-se à agricultura de subsistência, sobretudo com o cultivo de leguminosas, destacando-se o grão de bico, feijão e a feijoca. Existe inclusivamente, desde 2006, a Confraria da Feijoca de Manteigas que procura divulgar e preservar esta variedade de feijão característica das regiões de altitude. A recolha de frutos silvestres no verão, a apanha do míscaro e do tortulho no Outono e o mel, eram mais-valias e iguarias que só se tinham quando a natureza as dava.

A cultura da vinha e da oliveira é feita para cumprir as necessidades de casa em vinho e azeite. De referir também a cultura do centeio, feito em menor ou maior escala nas zonas mais baixas ou mais altas da serra, respetivamente. A castanha era, até à introdução da batata no séc. XVIII, a base da alimentação nas regiões de montanha. No entanto, a proliferação da plantação de milho maiz e de batata nos séc. XVIII e XIX alteram profundamente os hábitos alimentares, muitas práticas agrícolas e, devido às alterações necessárias para a sua produção, nomeadamente sistemas de rega, alterou-se também profundamente a paisagem. A prática da transumância foi sendo abandonada pouco a pouco dado que o gado podia ser alimentado pela forragem do mesmo milho (Loução, 2013). Acerca do que se intitulou a revolução do milho, diz-nos Orlando Ribeiro que “Depois da conquista romana, nenhuma alteração mais profunda se introduziu na monótona vida dos nossos campos” (Ribeiro, 2011 [1945], p.167). A ocupação romana deixa, também, várias marcas no território, nomeadamente as grandes vias romanas das Beiras (Simões, 1979).

Da evolução histórica, do aproveitamento de recursos naturais e da adaptação da população ao território surgem ou, podem surgir, produtos turísticos. Ao falar-se da pastorícia nesta região, surge a ideia do queijo Serra da Estrela com Denominação de Origem Protegida (D.O.P); a produção de lã remete para o “novo” artesanato em burel⁴; da apanha ancestral dos frutos

⁴ Burel: O burel é um tecido totalmente de lã, feito de acordo com procedimentos específicos. Conhecido por ser usado para as capas dos pastores da Serra da Estrela

silvestres chegamos às atuais plantações de mirtilos, framboesa e amora, assim como à produção de compotas; tendo por base a recolha de cogumelos selvagens (como o míscaro e o tortulho) promovem-se feiras e festivais regionais, à semelhança do que acontece com a feijoca, o borrego ou o azeite; já o vinho é tratado com outra “cerimónia” e a denominação do Dão é cartaz de muitos eventos. Na procura de valorização de tudo isto criam-se “rotas” e “percursos”.

No “Estudo sobre a internacionalização do turismo no meio rural – modelos de negócios e estratégias de desenvolvimento” (2012) é referida a zona de Viseu / Guarda como tendo potencial ao nível de recursos turísticos como vinho, gastronomia, natureza e cultura. São referidos os “recursos com potencial, porém com baixo aproveitamento turístico”: a “Rota do Vinho Dão”, confrarias, existência de Área Protegida e percursos pedestres e as “Aldeias de Xisto” e “Aldeias de Portugal”.

Ontem como hoje os recursos existem, será necessário utilizá-los da melhor forma.

2.4.2. Contexto económico e social e políticas de desenvolvimento

Para análise da situação económica e social de determinada região são utilizados diferentes indicadores, mediante o objetivo dos dados a recolher e em função das necessidades da informação a obter. Muitas vezes, para este tipo de análise, são tidas em conta as divisões por NUTS. Essas análises, baseadas na recolha de dados de determinada população, considerada representativa para o estudo em causa, são fundamentalmente estatísticas, isto é, da análise da parte estima-se ou prevê-se a ocorrência para o todo em estudo.

De forma a caracterizar a região em estudo em termos económicos e sociais serão, de seguida, apresentados alguns dados recolhidos que poderão ajudar a ter uma perceção da atual posição da região da Serra da Estrela no contexto regional e nacional. Serão tidas em consideração as NUTS III Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Cova da Beira.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou, em 11 de Abril de 2014, os resultados obtidos relativamente ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) para o ano 2011, representado na figura 3, relativamente a 30 sub-regiões NUTS III nacionais. Para o INE este indicador “baseia-se num modelo concetual que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional”, relacionando componentes de competitividade, coesão social e qualidade ambiental. Estabelecendo, para tal, três índices com os mesmos nomes:

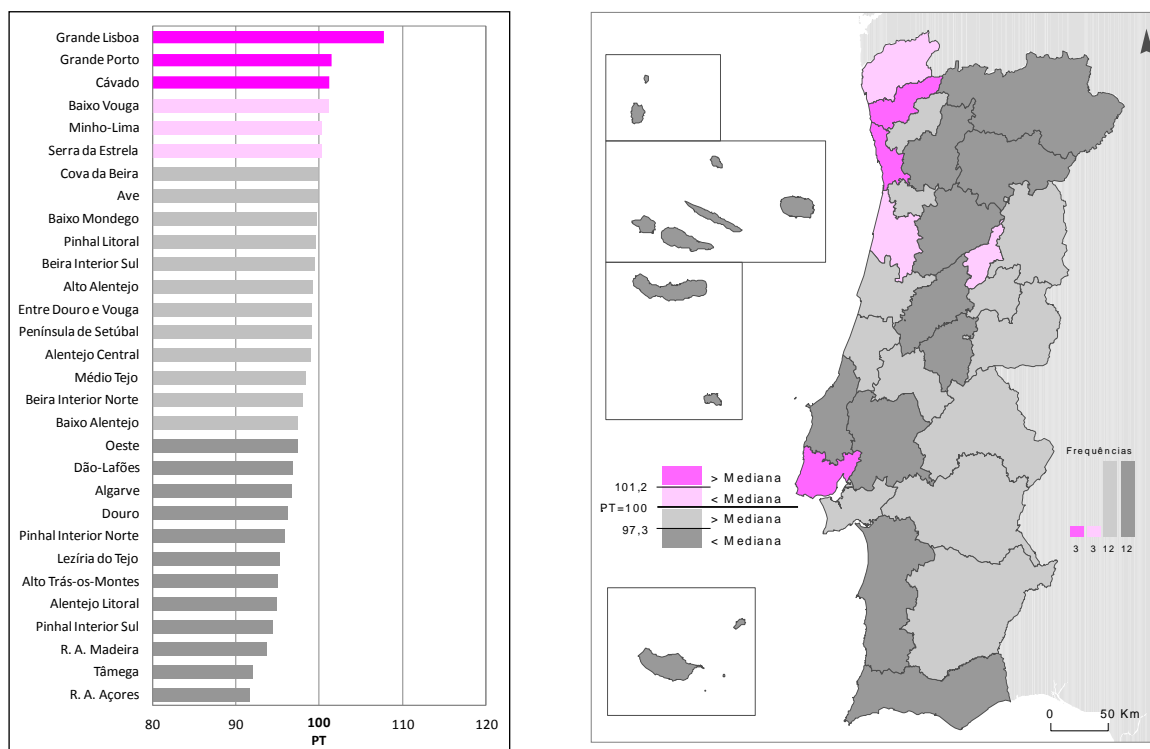
- O índice de “Competitividade” que visa “captar o potencial (recursos humanos e infraestruturas físicas) de cada sub-região, assim como o grau de eficiência na trajetória seguida (educativa, profissional, empresarial e produtiva) e ainda a sua eficácia na criação de riqueza e na capacidade demonstrada pelas empresas para competir no contexto internacional”.
- O índice de “Coesão” que mede “o grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos de qualidade, bem como os perfis conducentes a uma maior inclusão social e eficácia nas políticas públicas traduzidas no aumento da qualidade de vida e na redução das disparidades territoriais”
- A componente da “Qualidade Ambiental” procura refletir “as pressões exercidas pelas atividades económicas e pelas práticas sociais sobre o meio ambiente e as consequentes respostas económicas e sociais em termos de comportamentos individuais e de implementação de políticas públicas”

O jornal regional “O Interior” notícia, em 21 de Abril de 2014, que a “Serra da Estrela destaca-se no índice de desenvolvimento regional”. De facto, na publicação do INE podemos ver que a posição seis no panorama nacional é ocupada pela NUTS III Serra da Estrela. O destaque, pela positiva, estende-se ao primeiro lugar ocupado com índice 114 na “Qualidade Ambiental” acima da média nacional (índice médio nacional = 100). Já pela negativa, é de referir o último lugar ocupado na tabela relativa à “Competitividade”. As três NUTS III em análise, no capítulo da “Competitividade” encontram-se abaixo da média nacional, no entanto, a Beira Interior Norte consegue um índice de 90. O índice “Coesão” sugere que o país se encontra equilibrado dado que cerca de metade

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

das 30 sub-regiões se encontram acima da média nacional, distinguindo-se a Serra da Estrela que ocupa o segundo lugar.

Figura 3 - Índice sintético de desenvolvimento regional (Portugal = 100), NUTS III, 2011



Fonte: INE (2014)

No Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI) 2014 – 2020, da CIM BSE, aprovado em Setembro de 2014, pelo respetivo conselho intermunicipal, realizado com o objetivo de enquadrar as áreas de intervenção prioritárias, foi realizado um diagnóstico de potencialidades e necessidades do território. Foi elaborado no âmbito do novo ciclo de programação de fundos comunitários, e faz o posicionamento atual da região no panorama nacional, atendendo à caracterização sociodemográfica, económica e empresarial, logística e social, comparando-o também com o tinha sido traçado entre 2007-2013. O PEDI 2014 – 2020, enquadra-se no âmbito do programa Portugal 2020 e tem em conta a estratégia regional. Este “macro” programa nacional tem quatro programas operacionais temáticos (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos). Já a estratégia de

desenvolvimento regional CCDRC assenta na “Competitividade Responsável Estruturante e Resiliente” (CRER 2020), isto é, desenvolvimento sustentável do ponto de vista económico, social e ambiental. Tem como fatores críticos para o sucesso a aposta nas redes de cooperação, nomeadamente, entre empresas privadas e instituições públicas, a “especialização produtiva inteligente” (concertando o conhecimento científico e as atividades económicas) e a aposta na dinamização das infraestruturas existentes “numa lógica integrada”.

Começando pela caracterização sociodemográfica, de acordo com dados publicados no plano acima citado, a população residente, de acordo com os censos 2011, é de 236 023 habitantes. A densidade populacional é baixa face aos valores médios registados para Portugal Continental. A diminuição da população é tendência generalizada nas três sub-regiões em análise, com particular destaque para a sub-região Serra da Estrela (Gouveia, Seia e Fornos de Algodres), onde a diminuição entre 2001 e 2011 foi mais acentuada. A taxa bruta de natalidade tem vindo a diminuir, em todos os municípios, à exceção de Figueira de Castelo Rodrigo e Sabugal, onde se registou um ligeiro aumento entre 2007 e 2012. Em matéria de educação, em dez anos (entre 2001 e 2011) é de referir que a população residente com o ensino superior completo registou um aumento de cerca de cinco pontos percentuais.

No âmbito económico e empresarial, o primeiro ponto referido naquele plano é a taxa de desemprego que, em 2011, se situava na ordem dos 12% a 14% nas três NUTS III, refletindo o cenário, ainda atual, que se vive a nível nacional, dado que, segundo dados do INE/PORDATA (atualizados em 10/02/2015) a taxa de desemprego foi de 13,9% em 2014. Quem tem emprego, distribui-se pelos três sectores de atividade, primário, secundário e terciário, mas é este último o mais representativo, onde se verificam taxas de 66% para a CIM BSE em 2011. O número de empresas instaladas na CIM BSE, entre os anos 2007 e 2011, sofreu um decréscimo que supera as 1300 unidades.

No PEDI, em relação à dimensão logística no território CIM BSE, é salientado o “isolamento refletido nas grandes distâncias e duração dos percursos rodoviários entre este território e os principais polos de desenvolvimento e dinamismo nacionais e mesmo internacionais”.

Este plano estratégico, submetido pela consultora EY à região Beiras Serra da Estrela, definiu quatro eixos de atuação e cinco áreas temáticas. Entre as cinco áreas temáticas está o “Turismo e Agro-industrial”. Ao nível do plano, esta área temática procurará a “valorização e capacitação dos consórcios (consórcio das Aldeias Históricas, consórcio das Aldeias de Montanha, consórcio das Aldeias de Xisto, consórcio do Arco Urbano da BI, consórcio das Áreas Protegidas, consórcio do Património Judaico), numa lógica de promoção conjunta e de associação entre produtos e destinos turísticos” e “Identificação e capacitação de centros de excelência dos sectores do turismo e Agro-alimentar”. Para a temática do turismo destaca-se também o “Turismo de Saúde” no que toca às termas existentes no Sabugal, Almeida, Meda e Manteigas. O TN continua na agenda para o Portugal 2020, destacando-se conceitos de “envelhecimento ativo”, nomeadamente com construção de rede de percursos. Relacionado também com o turismo, saúde e envelhecimento da população encontra-se, no PEDI a ideia de “pertinência em associar infra estruturas e cuidados de saúde aos recursos locais”, referindo para tal a disponibilidade de uma rede de casas de turismo rural de qualidade.

Já o anterior quadro de programação comunitário, o Plano Territorial de Desenvolvimento da Comurbeiras 2007 – 2013 enquadrava o turismo no eixo 1 de desenvolvimento: Património histórico, turismo e ambiente, tendo como primeiro objetivo a requalificação do turismo da Serra da Estrela como marca-âncora da região. Enquadrava-se também no mesmo eixo o objetivo de interligação de vários “ativos-turísticos” como a própria Serra da Estrela, as gravuras de Foz Coa, Douro, rede de Aldeias Históricas, castelos e fortificações, Aldeias de Xisto e Região raiana de Salamanca. Ainda neste Plano Territorial Serra da Estrela 2007 – 2013, o turismo foi apontado como mobilizador das potencialidades. A necessidade de inovação, adequando a tradição à modernidade era também referida. A aposta no turismo surgia interligada com o PENT, nomeadamente no que se refere aos produtos “Turismo de Natureza” e “*Touring*”. É neste contexto que surgem os programas de apoio comunitário, nomeadamente para o sector do turismo. A estratégia para o território da Associação Intermunicipal da Serra da Estrela (ADRUSE), apresentada no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

(FEADER), traçava opções estratégicas que tocavam o sector do turismo e, em particular, o TER. Uma das opções estratégicas traçadas visava a diversificação das atividades do agricultor que permitissem, ao mesmo tempo, contribuir para a “manutenção no território, permitindo a preservação da paisagem e dos ecossistemas” e gerar atividade criadoras de riqueza, aproveitando os recursos locais. Referindo, expressamente, o exemplo do TER para desenvolvimento do turismo, através de criação de capacidade de alojamento, assim como o desenvolvimento de atividades de animação turística. Estas estratégias passariam, depois, por candidaturas a fundos, programas e medidas de apoio comunitários e municipais.

É com base nas “linhas orientadoras” acima traçadas que algumas atividades económicas foram (entre 2007-2013) e serão (2014 – 2020) desenvolvidas ou, pelo menos, mais apoiadas, nos próximos seis anos na região das Beiras e Serra da Estrela.

Desde a época em que a pastorícia representava o maior peso para a economia regional, passando pelos anos 80 em que o predomínio passou para a indústria têxtil e de lanifícios, até aos anos mais recentes em que o sector terciário é o que ocupa a maioria da população, chegamos ao período de programação comunitária que apoia e condiciona o desenvolvimento económico, tendo as atividades turísticas como parte integrante da estratégia regional. Num plano que traça a estratégia regional para os próximos seis anos (PEDI CIM BSE), podemos ver que o turismo tem um papel importante e mesmo transversal, relacionando-se com a agricultura, transportes e saúde, sendo um fator de desenvolvimento e/ou de complemento para cada um dos outros.

2.5. Unidade de Paisagem

Torna-se evidente que o meio natural em que determinada população está inserida condiciona as suas atividades e o seu modo de vida e isso, por sua vez, influencia a paisagem. No território em estudo tudo isso se verifica. Comprovando-o está o facto de a “Serra da Estrela” ser considerada uma

Unidade de Paisagem, segundo os critérios definidos pelo estudo realizado em 2002 coordenado por Cancela d'Abreu, Teresa Pinto Correia e Rosário Oliveira e que deu origem, em 2004, à publicação “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”. Neste estudo foram consideradas unidades de paisagem “áreas com características relativamente homogêneas, não por serem exatamente iguais em toda a sua superfície, mas por terem um padrão específico que diferencia a unidade em causa das envolventes” (Cancela d'Abreu *et al*, 2004).

A caracterização da paisagem é determinada por múltiplos fatores que se relacionam entre si. Entre eles, o clima (atendendo a fatores, como por exemplo, temperatura, exposição solar, pluviosidade), o relevo, o tipo de solo e outros, como a determinante ação Humana. Estas relações determinam, por sua vez, a vegetação e as várias comunidades vegetais existentes, fundamentais para a fauna local. O conceito de paisagem reúne, assim, tanto aspetos naturais como culturais e que têm, por isso, uma natureza dinâmica.

A Unidade de Paisagem com o número 62 dá pelo nome de “Serra da Estrela” e é composta pelos concelhos de Oliveira do Hospital, Seia, Covilhã, Gouveia, Celorico da Beira, Guarda e Manteigas. É considerada única no contexto nacional pela sua forte identidade (Cancela d'Abreu *et al*, 2004). A caracterização da paisagem da Serra da Estrela é fortemente determinada pela orografia, altitude e cursos de água, tudo isto determina o coberto vegetal que, por sua vez, influencia o modo de vida e as ocupações da população (Ribeiro, 2011 [1945], p. 70). Estes modos de vida levaram a que o Homem moldasse a Serra e aquilo que hoje vemos é o resultado de anos de agricultura, pastorícia e transumância (Rocha, 2003).

As descrições da paisagem da Serra da Estrela são inúmeras mas consensuais quase sempre. Uns autores atribuem maior importância a aspetos como a flora e a vegetação, outros às particularidades geológicas e geomorfológicas, outros ainda à fauna da região. Em cada um dos aspetos é possível encontrar-se algo único em Portugal. Característico da paisagem serrana temos o maciço central e os vários acidentes geográficos que revelam vestígios da era glacial como os Vales do Zêzere (Rocha, 2003). Existem

também as formações vegetais de zimbrais rasteiros, cervunais, piornais e turfeiras que criam mosaicos que se destacam por terem reduzida representatividade em Portugal. (Conde *et al*, 2012). São destacadas também dezenas de espécies de plantas aromáticas e medicinais (Loução, 2013). A fauna selvagem é caracterizada como rica e diversificada, além de ser considerada, no âmbito das áreas de montanha ao nível nacional, das mais importantes para a conservação (Conde *et al*, 2012).

No contexto das montanhas portuguesas a Serra da Estrela é, sem dúvida, incontornável. Destaca-se das restantes pela sua dimensão, mas também pelas suas singularidades. No PNSE, é possível, mediante cumprimento da legislação em vigor, dado constituir uma AP, a realização de várias atividades (referidas no capítulo anterior), estando assim possibilitada a criação de oferta turística diferenciada e especializada, nomeadamente relacionada com o TN.

Os recursos existentes na região parecem ser aptos para captar tanto turistas sensibilizados para as questões da sustentabilidade e educação ambiental, como turistas ávidos de aventura e novas experiências ao ar livre, assim como aqueles que anseiam por uma paisagem singular para contemplar ou ainda aqueles que procuram conhecer melhor a história e a cultura da região percorrendo as ruas das aldeias. Assim existam condições para que isso aconteça. Condições ao nível das infraestruturas regionais (como por exemplo acessibilidades de qualidade e a custos razoáveis), da oferta de restauração e alojamentos de qualidade, oferta de animação turística vocacionada para a exploração racional dos recursos naturais e culturais da região.

A consciência da existência de recursos turísticos na região motivou a criação de oferta turística, nomeadamente, oferta de alojamento. Feita a caracterização do território, será perceptível que o TER é uma tipologia de alojamento que se adequa à região da Serra da Estrela. Neste contexto será, de seguida, analisado o TER especificamente da região da Serra da Estrela.

Capítulo 3 - O Turismo em Espaço Rural (TER) na Serra da Estrela

A Serra da Estrela enquanto região é apontada como heterógena em termos paisagísticos e culturais, frágil em termos económicos, sociais e demográficos, dotada de uma grande riqueza de recursos paisagísticos e naturais que lhe conferem potencial turístico e relevância estratégica no contexto turístico nacional (Vieira e Figueiredo, 2011).

À semelhança do que acontece com outras áreas maioritariamente rurais, o turismo representa, para a Serra da Estrela, um fator estratégico para o crescimento da economia e promoção do bem-estar social. A sua evolução contínua e dinâmica, com implicações diretas nas comunidades e no território, exigem uma abordagem cada vez mais cuidada e capaz de promover o seu crescimento de forma sustentável, quer a nível socioeconómico, quer ambiental (Fernandes, Brigas, Lopes, & Castro, 2005, *cit por Roque et al*, 2012).

Entendendo o TER como o resultado da adaptação ao turismo dos territórios rurais, será que tem sido bem-sucedido nas missões que lhe propuseram? E, concretamente na Serra da Estrela, poderá falar-se em sucesso para esta tipologia de alojamento?

3.1. Perspetivas sobre o sucesso do turismo em espaço rural

O TER enquanto tipologia de alojamento peculiar, tem levado vários autores (a nível nacional e internacional) a debruçarem-se sobre ele, sob várias perspetivas e identificando novas necessidades de pesquisa que dão, por sua vez, lugar a novos estudos.

No entanto, cada empreendimento é um caso concreto, e as generalizações podem ser perigosas. Mas ao serem desenvolvidos estudos e comparadas situações, bem como observando valores estatísticos ao longo de vários anos, é possível, através de recolhas de informação e análise da

bibliografia disponível (em vários formatos e suportes), falar com algumas certezas e apontar conclusões sobre o TER.

A caracterização e diferenciação dos empreendimentos TER terá de começar, desde logo, pelas particularidades físicas de cada um. Uma unidade TER no norte de Portugal é diferente de uma unidade TER do Alentejo e estas serão certamente diferentes de uma unidade no Chipre ou no Canadá. Elas dependem da região em que se inserem, uma vez que devem respeitar as características arquitetónicas e os materiais específicos da região. A localização das unidades determina também o acesso às infraestruturas regionais, desde as mais básicas (água, eletricidade, vias de comunicação) até outras com importância fundamental para o turismo, como a proximidade a zonas comerciais, de entretenimento e culturais (Ley e Madison 1996; McIntosh, Goeldner, e Brent Richie 1995; Leiper 1990; Al-Wahab e Al-Din 1975; Andersen 1996; Fridgen 1984; Hall 1996; Edington e Smith 1992, *cit* por Lerner e Haber, 2000). Trata-se do denominado fator ambiental (Lerner e Haber, 2000) que influencia (incentivando ou não) a procura de cada empreendimento. A decisão de onde localizar uma empresa tem um impacto direto sobre as hipóteses de sobrevivência, no caso de um empreendimento turístico. Dizem-nos Haber e Reichel (2007) que esta situação pode ser determinante, dado que os ambientes físicos e sociais influenciam significativamente a experiência turística.

No TER, o modo de funcionamento e as características operacionais tendem a depender do seu proprietário. Isto devido ao facto de serem estes que, na maioria dos casos, desempenham todas as tarefas necessárias ao funcionamento do alojamento. Sendo assim, o próprio empreendedor é um fator de sucesso do TER. Apesar das características particulares de cada alojamento é possível traçar perfis tanto do proprietário como do turista do TER, assim como das próprias unidades de alojamento, conseguindo-se, assim, definir de forma mais ou menos homogénea a oferta e a procura do TER. Esta caracterização tem vindo a ser possível devido a estudos realizados um pouco por todo o mundo. São diferentes abordagens que permitem olhar para o TER sob diversos pontos de vista. Os empreendimentos de TER são

muitas vezes descritos como pequenas unidades de carácter familiar (Getzs & Carlsen, 2000 *Cit por* Reichel e Haber, 2005). A reduzida dimensão das unidades de alojamento potencia um contacto mais próximo entre fornecedor e cliente, levando a um maior envolvimento na “experiência rural” e contribuindo para aumentar a satisfação do cliente (Kastenholz e Sparrer, 2009 *Cit por* Cunha et al, 2011).

Quanto ao tipo de turista que procura o TER (considerado diferente do público do “turismo de massas”), é encarado como um público exigente que procura uma experiência “autêntica” (Eusébio e Kastenholz, 2011). O cliente TER procura novas experiências em novos destinos turísticos. Tem interesse ao nível do património cultural e natural, é sensível às preocupações com o meio ambiente e à integridade do ecossistema e da saúde (Kastenholz, 2006; OCDE, 1994; Silva et al, 2003; Saxena e Ilebery, 2008; Silva, 2007; *Cit por* Eusébio e Kastenholz, 2011).

O Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal (2008) conclui que os clientes TER têm entre 25 e 44 anos, possuem habilitações superiores e privilegiam o contacto com a natureza, assim como a descoberta da região. A sua estada é de duas noites, em média.

Alem dos estudos de caracterização da oferta e da procura do mercado do TER, existem vários estudos que procuram analisar o TER enquanto atividade económica, procurando medir o seu nível de desempenho em termos financeiros, de criação de emprego ou de contributo para o desenvolvimento regional. Surgem também estudos que procuram caracterizar os gestores ou proprietários dos empreendimentos TER e identificar as formas de gestão desenvolvidas (Reichel e Haber, 2005, Peña *et al*, 2012, Lerner e Haber, 2000).

A partir da análise da bibliografia encontrada, conclui-se que o TER é uma tipologia de alojamento com características particulares ao nível da motivação do proprietário ou empreendedor, em que a criação do negócio tem objetivos pessoais, muitas vezes de natureza não económica (Cunha, Kastenholz, Carneiro, 2011). Entende-se, por isso, que poderão existir também

particularidades face ao tipo de retorno por eles esperado. Esta situação determina a forma como é encarado, pelo proprietário, o sucesso alcançado pelo seu empreendimento. Estudos internacionais, como o artigo publicado por Polo-Peña *et al.* (2013) defendem que, por vezes, os proprietários continuam a operar no mercado do TER, apesar de conseguirem apenas um retorno financeiro mínimo, fazendo-o por se identificarem com determinado estilo de vida (cit. Morrison & King, 2002). A forma de gestão do empreendimento é determinada, por sua vez, pela formação e experiência profissional e de gestão do gestor do empreendimento TER é sugerida como fator de influência nos níveis de desempenho de cada unidade (Robinson e Sexton 1994; Cooper, Gimeno-Gascon, e Woo 1994, cit por Lerner e Haber, 2000). Por outro lado competências ao nível da administração financeira, contabilidade e marketing são características de empresários bem-sucedidos (Young, 1993 cit por Lerner e Haber, 2000). São ainda identificadas determinadas competências comportamentais, como a hospitalidade e a boa comunicação, para o bom desempenho num pequeno empreendimento turístico (Lundberg et al., 1995; Olsen et al., 1992, cit por Haber e Reichel, 2007).

Outras investigações procuraram analisar a componente emocional deste tipo de investimentos, revelando que o retorno esperado não deve apenas ser medido em termos financeiros. Demonstram que no TER o retorno alcançado pelo proprietário é, também, determinado pela satisfação de ver o seu projeto apreciado e valorizado por outros e sobretudo pela possibilidade de recuperação do património familiar (Silva, 2006; Cavaco, 2000, cit por Cunha, Kastenholz, Carneiro, 2011). Existe ainda, por parte do proprietário, o gosto de receber e de poder interagir com pessoas de outros meios e com culturas diferentes (Morrison & King, 2002; Simpson, 2008 cit por Polo-Peña *et al.* 2013). O TER é ainda visto como capaz de gerar mais-valias para o espaço rural, promovendo a manutenção de laços com a propriedade rural e a preservação da gastronomia tradicional (Silva, 2006; Cavaco, 2000, cit por Cunha, Kastenholz, Carneiro, 2011). Depreende-se, assim, que o retorno do investimento para o proprietário poderá ser considerado alcançado não apenas através do retorno financeiro, mas também através do *feedback* positivo

recebido pelo cliente ou turista, ou mesmo pelas pessoas do local ou da região que valorizam a preservação e a promoção do património local.

A satisfação do cliente é apontada como medida de desempenho do TER (Anderson, Fornell, e Lehmann, 1994; Otto & Brent-Ritchie, 1996; Haber & Lerner, 1999; Anderson & Fornell, 2000; cit por Reichel e Haber, 2005). Teoricamente, no TER, a satisfação do turista será assegurada com o funcionamento do empreendimento baseado na orientação para o cliente, isto é, quando toda a cultura organizacional do empreendimento coloca o turista no centro da atividade de alojamento (Deshpandé et al., 1993; Jaworski et al., 2000; Steinman, Deshpandé, & Farley, 2000; cit por Polo-Peña et al. 2013), atuando de forma a ir ao encontro das necessidades do cliente ou turista. É, por isso, necessário dar atenção, desde logo, aos meios de promoção utilizados para se dar a conhecer, concluindo-se que é necessário escolher os canais de comunicação mais adequados ao público-alvo. Importantes também são as facilidades dadas ao turista para realizar a sua reserva ou adquirir o serviço. Por último, mas tão ou mais importante para assegurar a satisfação do cliente, será a qualidade do serviço prestado propriamente dito (recepção, comodidades do empreendimento, qualidade do pequeno-almoço). Tudo isto é percebido pelo turista, mesmo que de forma implícita, transformando-se depois em avaliação efetiva, quando o turista classifica (objetivamente ou falando com outras pessoas) a unidade de TER utilizada. A orientação para o cliente é, então, vista por alguns autores, como vantagem competitiva no mercado, nomeadamente no TER (Slater e Narver, 1994 cit por Polo-Peña et al. 2013).

A utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no sector do TER é também estudada por alguns autores, como o fizeram, Polo-Peña et al. (2013), num estudo sobre o impacto da sua utilização na perceção do desempenho do TER. Estes autores pretenderam perceber o impacto da utilização das TIC, relacionando-o como uma abordagem de gestão voltada para o cliente, procurando verificar seu impacto nos resultados, tendo em conta três momentos de visita (pré-visita, visita e a pós visita), revelando que as TIC podem estar presentes em cada um deles, permitindo reunir informações sobre os gostos e comportamentos do turista. Sendo esta, atualmente, uma questão

incontornável nos vários domínios da sociedade, estaremos numa fase em que a questão colocada não é a utilização (ou não) destas tecnologias, mas deverá ser, como é que elas são utilizadas e “aproveitadas” para o funcionamento de atividade empresarial, chegando mesmo, o uso das TIC, a ser considerado uma estratégia-chave para a concretização dos objetivos de negócios (Chathoth & Direito, 2011; Sigala, 2004, *cit* por Polo-Peña et al, 2013). Dado que os custos de utilização das TIC são relativamente baixos e acessíveis, fazem com que as empresas de mais pequena dimensão, como é o caso da maioria das unidades TER, possam aceder a elas (Karanasios & Burgess, 2008; Lechner & Dowling, 2003; Lituchy & Rail, 2000; Polo-Peña & Frías-Jamilena, 2010, *cit* por Polo-Peña et al, 2013).

Lerner e Haber (2005) sugerem uma abordagem, para analisar o desempenho dos pequenos empreendimentos de turismo, que se relacione com os serviços oferecidos aos turistas em cada empreendimento. Este estudo conclui que existe uma relação positiva entre o nível de desempenho do empreendimentos de alojamento e atividades de lazer, dando como explicação possível o facto de o turista procurar serviços recreativos durante a sua estadia em alojamentos rurais. Segundo Schneider, e Bowen (1995) a prestação de um pacote de serviços, em vez de um serviço básico, constitui uma vantagem competitiva para o empreendimento. Exige-se, no entanto, uma maior atenção ao nível da coordenação dos serviços, assim como mais recursos humanos.

Esta multiplicidade de fatores que podem interferir no funcionamento e no desempenho das unidades TER fazem com que seja necessária uma análise multidimensional (Lumpkin & Dess, 1996; Phillips, 1996, *cit* por Reichel e Haber, 2005) para que se possa avaliar o seu sucesso enquanto atividade turística. Nesta perspetiva, Polo-Peña *et al* (2012) sugerem a análise ao desempenho do TER a partir de três tipos de resultados (resultados financeiros, resultados “pessoais” para o empresário, e resultados para o “destino”, ou seja, para o desenvolvimento do meio rural), conjugando uma análise de fatores tangíveis e intangíveis. O uso de medidas de desempenho subjetivas juntamente com indicadores objetivos nos sectores dos serviços, tinha já sido defendido, num estudo sobre a indústria de viagens, por Fick e

Brent-Ritchie (1991), citados por Reichel e Haber (2005), visto que muitos fatores (como a satisfação do cliente) que contribuem para a experiência turística não podem ser medidos objetivamente. Também Lemedin *et al* (2014) num estudo sobre turismo indígena no Canadá, defendem um modelo holístico que integre elementos tangíveis e intangíveis para a avaliação de sucesso.

Tendo em atenção todas estas referências e percebendo a necessidade de uma visão alargada sobre o TER, será desenvolvido um “estudo de caso” sobre o sucesso das unidades de TER na região da Serra da Estrela.

3.2. Caracterização do turismo em espaço rural na Serra da Estrela

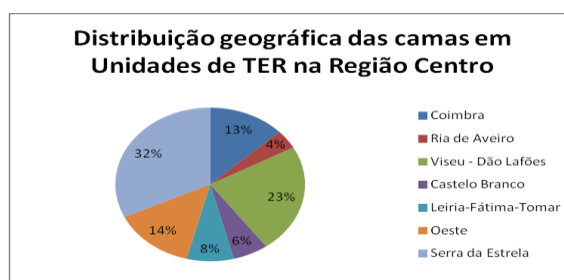
A Associação Portuguesa de Turismo Rural (PRIVETUR) desenvolveu um estudo em 2012, na fase preliminar do “Projeto 5 x 5” / 5 Mil Casas em 5 Redes - Redes Temáticas Integradas de Turismo Rural, onde identifica a Serra da Estrela como um destino essencialmente de neve, mas onde têm surgido mais recentemente algumas propostas “gastro-etnográficas” (queijo e transumância) no sentido de investir em produtos específicos e fortalecer a identidade do território (PRIVETUR, 2012).

Pode ler-se no Programa Territorial de Desenvolvimento (PTD) da NUT III Serra da Estrela, conduzido pela Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela (ADRUSE) que o sector do turismo iria ser “a grande aposta da sub-região, procurando valorizar os recursos naturais existentes e afirmando-se no mercado como um destino turístico com qualidade”. Afirma-se ainda, naquele documento, que a capacidade de alojamento tem vindo a aumentar, “com particular incidência nas unidades de turismo em espaço rural, que têm de facto bastante procura”. O apoio institucional comunitário previsto no programa atrás referido pretendia o desenvolvimento do TER na região da Serra da Estrela. Tendo em perspetiva a diversificação das atividades do agricultor, procura-se a sua manutenção no território, permitindo, assim, a preservação da paisagem. Pretendia-se para além da criação de capacidade de alojamento (em modalidades de TER) o desenvolvimento de atividades de

animação turística que sustentassem o crescimento do sector, respondendo à criação dos produtos previsto no PENT para a região da Serra da Estrela (ADRUSE, 2009).

Em termos de TER, a Serra da Estrela é destacada por Vaz e Dinis (2007) como a sub-região que em 2002 apresentava o maior numero deste tipo de alojamento (comparativamente com o Douro, Trás-os-Montes, Alto Alentejo e Alentejo Central). Atualmente, segundo dados da TCP a região conta com mais de 150 unidades TER. De um total de 4919 camas em alojamento TER na região centro, a maior percentagem, como se pode verificar na figura 4, situa-se na região Serra da Estrela, seguida da região de Viseu-Dão Lafões.

Figura 4 - Distribuição geográfica das camas em Unidades de TER na Região Centro



Fonte: Turismo Centro de Portugal, 2015

Segundo Eusébio e Kastenholz (2011), a procura pelo TER na região centro é realizada maioritariamente por famílias residentes em Portugal, que têm formação superior e residem num ambiente de cidade, à semelhança do que acontece com o mercado de turistas em áreas rurais da Europa. Comparativamente com os restantes visitantes da região centro, os turistas de TER visitam um número relativamente mais elevado de locais e atrações e praticam mais atividades relacionadas com a visita de atrações histórico-culturais e naturais. No entanto, mostram-se insatisfeitos com a informação turística e a oferta de atividades recreativas e desportivas. Mostram-se, por sua vez, satisfeitos com a hospitalidade dos residentes e com o alojamento.

A região da Serra da Estrela é procurada para visitas de conhecimento e contemplação. É conotada como um espaço de descanso e de atividades lúdicas especialmente de âmbito natural (Fernandes e Vieira, 2003). No entanto, a sazonalidade faz-se sentir. Verifica-se maior procura turística ao fim

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

de semana e em épocas festivas durante o inverno (Fernandes e Vieira, 2003), concentrando-se na época da neve e nos concelhos mais próximos da Torre, sendo curta a permanência média. Foi, no entanto, verificada a emergência de uma nova procura turista pela cultura e natureza, especialmente no verão. Esta “novo” turista da região é de origem urbana, sobretudo estrangeiro e detém poder económico superior (Vieira e Figueiredo, 2011).

Segundo um estudo de Fernandes (1998) a procura pela Serra da Estrela é realizada sobretudo por jovens com escolaridade elevada e tem como motivação principal a visita ao maciço central, sendo a programação da visita feita pelo próprio ou a convite de familiares e amigos (*cit* por Vieira e Figueiredo, 2011).

Quanto às taxas de ocupação, partindo da análise do relatório de dados de 2012 do Turismo de Portugal IP sobre a ocupação em empreendimentos turísticos e relativamente às taxas de ocupação-quarto do extinto Polo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela (extinto em 2013), conclui-se que a contribuição dos turistas nacionais é decisiva para a ocupação global, correspondendo a mais de 60% da ocupação total. Os meses de julho, agosto e setembro são aqueles em que se registam maiores ocupações do mercado externo. A taxa de ocupação-quarto mais baixa registou-se em Janeiro (30,1%) e a mais elevada (41,9%) em Agosto, não registando nunca valores superiores a 50%. Refere-se também que no Inverno são apresentadas taxas de ocupação superiores à da média da Área Regional de Turismo do Centro (designação anterior a 2013). À semelhança dos outros destinos, também se verifica que os dias úteis apresentam uma menor ocupação em relação aos dias não úteis, destacando-se as diferenças existentes entre estas duas taxas de ocupação.

Dados do INE, publicados em 28 de Julho de 2015 na informação à comunicação social sobre estatísticas do turismo de 2014, revelam que houve um “expressivo aumento das dormidas no TER e no Alojamento Local (AL)”. Refere-se aí que o número de hóspedes nestes meios de alojamento se fixou em 371,6 mil e as dormidas em 855,7 mil, correspondendo a acréscimos de

14,7% e 14,9%, respetivamente. As estadias foram de 2,30 noites em média e a taxa de ocupação atingiu 20,4%.

O turismo está ainda longe de conseguir, por si só, solucionar os problemas da região e o TER, em particular, apresenta algumas fragilidades, desde logo na fraca capacidade que tem revelado ao nível da criação de emprego (Vieira e Figueiredo, 2011).

O desenvolvimento do turismo deve ser planeado numa perspetiva de desenvolvimento integrado, ou seja, tendo em conta o desenvolvimento da agricultura, criação de gado, artesanato, formação profissional, entre outras atividades, em especial quando se fala particularmente de áreas rurais, como é a Região da Serra da Estrela (Salgado e Leitão, 2009).

Em termos de futuro, e a propósito da programação comunitária 2014-2020, consta do Plano de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI CIM BSE) para a região Serra da Estrela, a recuperação das Aldeias de Xisto e Históricas como projeto emblemático, assim como a aposta na divulgação dos recursos locais (gastronomia, vinicultura, programação cultural) a partir das Aldeias de Xisto e das Aldeias Históricas.

Neste contexto podemos depreender que o TER continuará, nos próximos anos, a ser visto como potencial promotor do desenvolvimento regional.

3.3. Investigação sobre o sucesso do TER na Serra da Estrela

Este estudo procura analisar o sucesso dos empreendimentos TER na região da Serra da Estrela. A escolha desta região para a realização de um estudo sobre o sucesso do TER fundamenta-se pela quantidade de alojamentos TER distribuídos pelos vários concelhos que integram a região da Serra da Estrela e atendendo ao facto desta região ser particular, em termos turísticos, no contexto nacional (por tudo o que foi dito no capítulo anterior).

Pretende-se perceber como se pode medir o sucesso de um empreendimento daquele tipo. Assim, espera-se obter conclusões que

contribuam para gerar novos conhecimentos sobre esta temática e que permitam aos responsáveis dos empreendimentos, já implantados ou a implantar, adotar estratégias que melhorem o seu desempenho.

Antes de mais, será necessário definir “o que é o sucesso no TER” e é esta a primeira dificuldade. Isto porque não é possível fazê-lo de forma definitiva e clara, dado que (como explanado na revisão bibliográfica) esse sucesso dependerá de uma multiplicidade de fatores e agentes que são independentes. Esta é a realidade do turismo enquanto sistema (Cunha, 2001), dependente de todos os sectores da sociedade e gerador de consequências ao mesmo nível.

3.3.1. Metodologia

O ponto de partida para o estudo aqui apresentado tem como medida para determinar o sucesso do TER os níveis das taxas líquidas de ocupação-cama verificadas nos empreendimentos turísticos entre os meses de Outubro de 2014 e Março de 2015.

Essa informação foi facultada pelos gestores dos empreendimentos, responsáveis pela administração da unidade TER, a partir do preenchimento de um formulário mensal, onde eram solicitados os números de hóspedes (nacionais e estrangeiros), o número de dormidas (nacionais e estrangeiros), assim como o número de camas disponíveis e indisponíveis para o mesmo período. As taxas líquidas de ocupação (TOL) foram então calculadas a partir da percentagem do total de dormidas relativamente à capacidade disponível do alojamento, segundo a expressão:

$$T.O.L. (cama) n = \frac{(N^{\circ} \text{ de dormidas no mês } n)}{[(N^{\circ} \text{ de camas disponíveis}) \times N^{\circ} \text{ dias do mês } n]} * 100$$

Nesta expressão, usando as definições do INE, a taxa líquida de ocupação-cama corresponde à relação entre o número de dormidas e o número de camas disponíveis, no período de referência, considerando como duas as camas de casal. Uma dormida refere-se à permanência de um

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

indivíduo num estabelecimento que fornece alojamento, por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte.

Para a definição de variáveis que contribuam para as taxas líquidas de ocupação-cama verificadas foram realizados inquéritos aos gestores dos empreendimentos. Os dez primeiros inquéritos foram realizados pessoalmente, na unidade de alojamento, de forma a perceber a adequação das questões colocadas ao tipo de estudo em curso e para determinar quais os indicadores externos que deveriam ser valorizados. Algumas questões foram reformuladas e o questionário foi aplicado através de um formulário disponibilizado *online*, criado e gerido através do “*Google Docs*” de forma a poder ser respondido via *online* pelos restantes responsáveis pela unidade TER, usando o formulário atrás referido (Anexo 1). Três questionários foram ainda realizados telefonicamente, por opção do gestor. Esta recolha não foi fácil e durou alguns meses dada a dificuldade de obtenção de colaboração por parte de muitos gestores. Felizmente casos houve em que essa colaboração não poderia ser melhor. Além de ter sido facultada a informação solicitada foram acrescentadas opiniões e sugestões pertinentes para o desenvolvimento deste estudo. Esta cooperação fez todo o sentido, na medida em que possibilitou o conhecimento da realidade de quem opera no setor na região em concreto. O questionário aplicado divide-se em oito grupos, pela ordem e temas apresentados no quadro 2.

Quadro 2 - Grupos de temas do questionário aplicado aos gestores de empreendimentos de TER

1. Identificação do empreendimento
2. Reservas
3. Promoção e divulgação
4. Atividades de animação turística e parcerias
5. Atributos valorizados
6. Identificação e caracterização do gestor
7. Investimento e financiamento
8. Motivações e expectativas do gestor

No primeiro grupo de questões procura-se conhecer o empreendimento assim como perceber a dimensão da sua estrutura. É pedido o nome, o ano de entrada em funcionamento, assim como o período de funcionamento anual. Solicita-se ainda informação quanto ao número de pessoas que trabalham no empreendimento e procura-se apurar quantas o fazem a tempo integral e parcial e se esses trabalhadores são ou não elementos da família do proprietário. No grupo dois pretende-se conhecer quais as formas de reserva que são colocadas à disposição do turista para que este possa fazer a reserva para a sua estadia, ao mesmo tempo que se tenta perceber quais as formas que são, efetivamente, utilizadas. Conhecer os meios utilizados, pelos gestores dos empreendimentos, para comunicarem os seus serviços é o objetivo das questões inseridas no grupo três. O quarto grupo de questões, relacionadas com as atividades de animação turística, tem como finalidade apurar a importância dada aos serviços complementares ao alojamento, mais concretamente, às atividades recreativas e de lazer disponibilizadas ao turista. Saber se o empreendimento dispõe de exploração agrícola e se a utiliza para desenvolver atividades voltadas para a participação do turista, é a razão para uma outra questão incluída neste grupo. Procura-se também perceber, neste grupo de questões, se são estabelecidas parcerias, com empresas de animação turística ou com entidades locais ou regionais, no sentido de prestar serviços adicionais ao turista que não apenas o alojamento. Além das atividades, interessa conhecer os produtos locais ou regionais que o empreendimento, de alguma forma, promove. Para isso, existe uma pergunta, no questionário que procura a resposta do gestor relativamente aos produtos que são colocados à disposição e/ou vendidos ao turista. Na perspetiva de perceber as razões que levam o turista a preferir uma unidade de alojamento em detrimento de outra, tenta-se, no quinto grupo de questões, conhecer os atributos que os gestores dos empreendimentos entendem que são mais apreciados e valorizados. De forma a traçar o perfil do gestor, no sétimo grupo de questões procuram reunir-se informações quanto ao sexo, idade, habilitações literárias, profissão e experiência profissional na área do turismo. É neste ponto, também, que se poderá perceber se o proprietário do empreendimento é, ou não, em simultâneo o gestor da unidade de alojamento.

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

No ponto sete o gestor é questionado quanto ao montante (aproximado) do investimento necessário para adaptar a casa ao turismo, assim como se esse investimento teve algum tipo de financiamento e qual a forma do mesmo, procurando-se, com isso, perceber a relevância dos programas de apoio ao investimento no sector do turismo, em particular para o TER na Serra da Estrela. Finalmente, o último grupo do questionário divide-se entre as motivações e as expectativas do gestor, procurando conhecer-se as razões que o levaram a realizar o investimento assim como aferir quanto à sua satisfação relativamente a esse investimento. Pretende-se, também, perceber como é encarado o futuro do projeto.

Além dos questionários foram recolhidas outras informações, enumeradas no quadro 3 que procuram permitir a análise dos fatores externos atrás referidos. Foi analisada a “presença” na internet de cada unidade de alojamento que optou por participar no estudo. Para isso foram visualizadas as páginas oficiais dos empreendimentos, de forma a verificar como divulgam (ou não) os seus serviços, assim como, as infraestruturas de apoio ao alojamento (ex.: existência de piscina e espaço exterior à disposição do turista). Foi também verificada a realização e promoção de atividades de animação turística, em particular, atividades que se identifiquem com a prática de ecoturismo. As páginas de internet de cada unidade TER em estudo foram pontuadas de 1 a 10 atendendo a critérios de facilidade de utilização, quantidade, qualidade e atualização da informação disponibilizada, assim como aparência e impacto visual. Foram ainda recolhidas as classificações divulgadas na central de reservas “*Booking*” de cada unidade TER aí registada, obtidas a partir das avaliações realizadas pelos hóspedes.

Quadro 3 - Lista de variáveis observadas - extra questionário

a. Presença na internet
b. Infraestruturas de apoio ao alojamento
c. Atividades de ecoturismo
d. Pontuação atribuída à página de internet
e. Classificação “ <i>Booking</i> ”

3.3.2. Caracterização dos empreendimentos de TER participantes do estudo

De um universo de mais de 150 empreendimentos enquadrados nos critérios TER e localizados na região da Serra da Estrela da TCP, participaram no estudo 42 unidades de alojamentos, contando-se 32 Casas de Campo (CC), 6 casas de Turismo de Habitação (TH), 3 empreendimentos de Agro-Turismo (AT) e 1 Hotel Rural (HR).

Encontram-se maioritariamente localizados no seio de aglomerados populacionais, sobretudo em aldeias de reduzida dimensão dos concelhos de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Guarda, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso, enquadrados na Delegação “Serra da Estrela” da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal (apenas para o concelho de Manteigas não foi possível reunir dados).

Na região em estudo, o “boom” de oferta de alojamentos é posterior a 2002 como se vê na figura 5 e como é apontado no estudo de Margarida e Anabela Dinis (2007).

Figura 5 - Número de empreendimentos, da amostra em estudo, com entrada em funcionamento no mesmo ano



Destaca-se, no entanto, uma unidade presente no mercado desde 1976. Duas outras iniciaram atividade nos anos 80 e quatro nos anos 90. Em 2015 registou-se, no universo em estudo, uma entrada em funcionamento.

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

As unidades de alojamento em estudo são sobretudo sociedades de pequena dimensão, em muitos casos de carácter familiar, ou mesmo negócios em nome individual que constituem uma atividade “extra profissional”.

Os proprietários são em 90% dos casos, os próprios gerentes do empreendimento. Essa gestão pertence, em 64% a homens. As idades dos gestores variam entre os 36 e os 73 anos, sendo a média de idades de 54 anos. As habilitações literárias são, na maioria dos casos (60%), ao nível do ensino superior, em áreas diferentes do turismo. Quantos às atividades profissionais principais destacam-se os empregados em cargos da função pública, assim como profissionais das áreas do comércio e de gestão. É de salientar também que, em 14% dos casos, os gestores já se encontram reformados e tiveram experiências profissionais, muitos deles, na função pública (ex.: professores).

O número de trabalhadores é reduzido, sendo a média de 2,5 trabalhadores por empreendimento, variando, geralmente, entre 1 a 4 pessoas ao serviço, por vezes a tempo parcial. O número médio de empregados por conta de outrem é de 1,2 pessoas. Com mais de 10 pessoas ao serviço, no universo em estudo, contam-se dois casos.

A maioria disponibiliza a casa completa e por períodos mínimos de duas noites. Existem, no entanto, algumas situações em que o preço é praticado ao quarto. À exceção de apenas dois casos, todos têm um período de funcionamento anual.

As formas para realização da reserva disponibilizada ao cliente seguem esta mesma linha. São feitas sobretudo através da internet, a partir da própria página de internet e, em muitos casos, via correio eletrónico. A maioria das reservas é feita a partir de centrais de reservas. Verifica-se também a realização de reservas através do telefone.

Quanto aos meios e formas de promoção e divulgação utilizados verifica-se, na generalidade dos casos (mas não em todos), alguma inércia. Nota-se a ausência de investimento nesta área. São utilizados os meios mais económicos (internet) e com fraca preocupação pelo cliente. No entanto, e

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

mais uma vez, as generalizações são perigosas. De facto, alguns empreendimentos que participaram neste estudo têm a sua página de internet elaborada de forma cuidada e atenta ao turista, procurando ir ao encontro das expectativas, motivações e necessidades do segmento de mercado que procura o TER.

No âmbito do financiamento, dos 42 empreendimentos em estudo, 31 tiveram ajudas ao investimento.

Quanto à motivação para o investimento, das hipóteses apresentadas aos gestores dos empreendimentos, a “utilização rentável de uma casa desaproveitada” foi a mais apontada, referida por 30 dos 42 gestores que responderam ao questionário. A preocupação com o “desenvolvimento da localidade” pode ser considerada como uma forte motivação para o investimento dado que foi referida por 26 dos inquiridos. O “gosto por conviver com outras pessoas” era também uma das hipóteses apresentadas como motivação para o investimento que foi referida em 17 dos casos.

A justificação para o investimento relaciona a possibilidade de preservar património local e familiar, aliado à possibilidade de obtenção de ajudas ao investimento. Existem exceções em que o investimento foi particular mas onde se verificou a mesma motivação de preservação do património. O gosto pelo contacto com o turista e o orgulho pela divulgação da cultura e tradição local são também apontados pelos gestores.

Relativamente à atribuição de importância aos produtos locais ou regionais, está generalizada a ideia de que têm interesse para o turista. Na maioria dos empreendimentos, em quase 74% do total, são disponibilizados, como cortesia do alojamento, produtos como pão, compotas, vinhos e azeite regionais. São sobretudo as compotas (19%) e os queijos e requeijão (13%) os produtos mais vezes referidos pelos responsáveis do empreendimento.

O futuro é encarado, pela maioria, com desconfiança, julgando não ser possível reaver os montantes investidos. No entanto, à pergunta “voltaria a fazer o mesmo investimento?” a resposta de 83% dos gestores é sim.

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

No quadro 4 são resumidos alguns dados estatísticos que permitem caracterizar a amostra deste estudo, caracterizando tanto os empreendimentos de TER como os seus gestores

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

Quadro 4 – Caracterização da amostra em estudo

Caracterização do gestor da unidade TER

	Min.	Máx.	Média
Idade (anos)	36	73	54
Habilitações	-	-	60% Ensino Superior
	M	H	
Sexo	27	15	64% dos proprietários são homens
	Freq. Sim	Freq. Não	Observações
Formação em Turismo	11	31	74% não tem formação em turismo ou similares
Gestor = Proprietário	38	4	90% dos proprietários são os gestores do empreendimento

Características da unidade TER

Dimensão / Nº trabalhadores da unidade TER	1 a 2	>5	Observações
Nº unidades TER	30	6	em média, o nº de trabalhadores das unidades TER, em análise, é de 2,5
Dimensão / Nº Empregados por conta de outrem	1 a 2	>5	em média, o nº de empregados por conta de outrem é de 1,2
Nº unidades TER	18	4	
Formas de reserva mais utilizadas pelos clientes	20% a 50%	51% a 70%	Observações
Reservas realizadas a partir do e-mail	18	3	Existe a perceção de que os meios <i>online</i> são os preferenciais para realização de reservas
Reservas realizadas a partir do próprio site	9	6	
Reservas realizadas a partir de central de reservas	7	12	
	Freq. Sim	Freq. Não	Observações
Formas de promoção			
"Boca-a-boca"	41	1	Meios de promoção gratuitos com baixo grau de especialização
Página própria - internet	38	4	
Redes Sociais	37	4	
Jornais	5	37	

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

Financiamento

Ajudas ao investimento	31	11	74% Obtiveram ajudas ao investimento
------------------------	----	----	--------------------------------------

Motivação

	Freq.	%	Observações
Rentabilizar uma casa que desaproveitada	30	33,71%	Dar uma utilização rentável a uma casa que estava desaproveitada foi a opção mais escolhida pelos 42 proprietários. Foi escolhida em 71% dos casos
Contribuir para o desenvolvimento da localidade	26	29,21%	
Gosto em conviver com as pessoas	17	19,10%	
Aumentar o rendimento familiar	16	17,98%	
	89	100,00%	

Atributos mais valorizados

	Freq.	%	Observações
Tranquilidade	34	30,63%	A tranquilidade é o atributo mais vezes apontado. Dos 42 gestores Inquiridos, 34 entendem que a tranquilidade é o atributo mais apreciado pelo turista. A hipótese menos escolhida foi a segurança, apenas apontada em 7 casos.
Contacto com a natureza	26	23,42%	
Hospitalidade	25	22,52%	
Preço	26	23,42%	
	111	100,00%	

Valorização dos produtos regionais

	% Sim	% Não	Observações
Coloca à disposição (ou vende) produtos regionais	74%	26%	Mais apontados: - Pão - Queijo e requeijão - Compotas

Passado, Presente e Futuro

	% Sim	% Não	Observações
Hoje, voltaria a fazer o mesmo investimento?	83,00%	17,00%	35 dos 42 gestores voltaria a fazer o mesmo investimento
Considera que irá recuperar o investimento?	28,00%	72,00%	No entanto, apenas 12 dos 42 preveem recuperar o investimento

No que se refere a infraestruturas de apoio como piscina, espaço exterior, jardim e parque infantil, verificam-se algumas diferenças entre os empreendimentos TER, como se pode ver no quadro 5. Com piscina exterior à disposição do turista estão 17 empreendimentos. Já com espaço exterior cuidado contam-se 30. Atualmente todas colocam à disposição do cliente a utilização gratuita de internet. O pequeno-almoço está, maioritariamente, incluído no preço do alojamento.

Quadro 5 - Variáveis observadas “extra questionário”

Serviços “Facilidades” Disponíveis	Piscina	Espaço Exterior	Internet (<i>Wi-Fi</i>)	Atividades de “Ecoturismo”
Nº Empreendimentos que os disponibilizam	17	30	42	15
% Empreendimentos que os disponibilizam	40%	71%	100%	36%

Fonte: Elaboração própria

Os empreendimentos estudados não têm, por norma, parcerias com outras entidades, ou fazem-no pontualmente. Prestam quase exclusivamente serviços de alojamento. No entanto, verifica-se o esforço de diversificar a oferta pela via da disponibilização de atividades de animação. De referir algumas exceções em que é atribuído elevado interesse a essas atividades, sobretudo às atividades realizadas ao ar livre, com utilização do espaço natural envolvente, reconhecendo a sua importância para a satisfação e fidelização do turista. Nesta situação verificaram-se 15 casos, em que as atividades que poderão ser desenvolvidas pelos clientes no empreendimento, ou por intermédio deste, podem enquadrar-se no âmbito do ecoturismo.

3.3.3. Linhas e modelos de investigação

Para a determinação do sucesso no TER na região em estudo, tendo em conta os conhecimentos obtidos a partir da bibliografia estudada, e a partir dos

dados recolhidos ao longo do estágio, foi verificada, empiricamente, a possibilidade de três linhas de investigação:

- (A) O sucesso determinado pelas características operacionais dos empreendimentos;
- (B) O sucesso determinado pela satisfação do gestor;
- (C) O sucesso determinado pela satisfação do cliente.

A primeira linha da investigação **(A)** procura determinar o sucesso do empreendimento relacionando as taxas líquidas de ocupação-cama (facultadas pelos gestores dos empreendimentos em estudo) e as variáveis obtidas a partir da informação gerada pela análise às respostas aos questionários e que se mostraram mais significantes. Procurando concluir, entre essas variáveis (ex.: antiguidade, dimensão, formas de reserva disponibilizadas; atividades e serviços oferecidos) quais as que contribuem para os melhores desempenhos das unidades de TER.

O modelo estatístico utilizado para verificar esta linha de investigação é de regressão linear e tem como variável dependente as taxas líquidas de ocupação-cama média verificadas entre os meses de Outubro de 2014 e Março de 2015. As variáveis explicativas testadas serão o ano de entrada em funcionamento, a dimensão do empreendimento de TER (vista através do número de trabalhadores), os outros serviços disponibilizados pelo empreendimento (atividades de ecoturismos, piscinas, espaço exterior), a disponibilização de produtos regionais, a forma de reserva mais utilizada pelos clientes, a localização geográfica do empreendimento (incluída ou não na área do PNSE), assim como algumas características do gestor (o género, a idade, a formação e experiência na área de turismo ou similar). O facto de o gestor residir na unidade TER e a coincidência de ser o proprietário são também consideradas enquanto variáveis explicativas, assim como a classificação atribuída pelos clientes que utilizam a central de reservas “*booking*” para reservar a sua estadia nos empreendimentos TER da amostra e que aí se encontram registados. No quadro 6 descrevem-se, de forma sucinta, cada uma destas variáveis.

Quadro 6 - Descrição das variáveis explicativas

Variável	Descrição
Características do empreendimento	
ano	Ano de entrada em atividade
ntrab	Número de trabalhadores
outserv	=1 se o empreendimento oferece outros serviços para além de alojamento; =0 caso contrário
prodreg	=1 se o empreendimento vende/disponibiliza produtos regionais; =0 caso contrário
reservasite	=1 se é possível efetuar reservas no site; =0 caso contrário
areapnse	=1 se o empreendimento está localizado na área do Parque Natural da Serra da Estrela; =0 caso contrário
classif	Classificação atribuída pelos clientes no <i>booking</i> (1 a 10)
Características do promotor	
genero	= 1 se homem; =0 se mulher
idade	Idade do responsável
formexptur	Formação profissional ou experiência anterior na área do turismo (=1 se tinha formação ou experiência; =0 caso contrário)
habita	= 1 se o proprietário reside no empreendimento; =0 caso contrário
propriet	= 1 se o responsável é o proprietário; =0 caso contrário

A determinação do sucesso baseada na satisfação do gestor **(B)** será verificada tendo por base o retorno do investimento ou a perceção que o próprio gestor tem acerca desse retorno, refletido na sua resposta às questões 43 e 44 do questionário, respetivamente “Considera que já recuperou o investimento efetuado?” e “Considera que irá recuperar o investimento efetuado?” Procura-se, assim, apurar o grau de sucesso do TER na Região da Serra da Estrela do ponto de vista da satisfação do gestor.

Dada a natureza binária da variável dependente (recuperar ou não o investimento), os modelos com variável dependente discreta são adequados à análise, tendo-se optado neste trabalho por uma especificação do tipo *logit* no qual a variável dependente assume o valor “1” se o gestor já recuperou ou espera vir a recuperar o investimento e o valor “0”, caso contrário. Esta técnica de estimação permite perceber como é que cada variável explicativa afeta a probabilidade de ocorrer um determinado acontecimento (Long e Freese, 2006) que, no caso presente, corresponde a recuperar o investimento. As variáveis explicativas testadas serão as mesmas do modelo acima referido.

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

A satisfação do cliente deve, também, ser tida em conta como indicador de sucesso do TER (**C**). Procura-se, por isso neste estudo, determinar quais os fatores que podem influenciar a satisfação do turista/cliente ao utilizar uma unidade de TER.

O modelo estatístico utilizado para verificar esta linha de investigação é de regressão linear e tem como variável dependente a classificação atribuída pelos clientes que utilizam a central de reservas “*Booking*” para efetuar a sua reserva na unidade TER (aí registada). As variáveis explicativas testadas serão as referidas inicialmente.

Partindo de cada uma destas linhas de investigação, apresentam-se, de seguida, os resultados sobre o sucesso dos empreendimentos do TER na Região da Serra da Estrela sob três vertentes: do ponto de vista da atividade desenvolvida, da perspetiva do gestor e da ótica do turista. Tendo-se assim em conta fatores tangíveis e intangíveis, construindo um modelo multidimensional para avaliar o desempenho desta tipologia de alojamento, tomando como amostra a região da Serra da Estrela.

3.3.4. Resultados

Quadro 7 - Resultados da Regressão linear em que a variável dependente é a média da taxa de ocupação entre outubro de 2014 e março de 2015: Verificação da linha e investigação (A)

Linear regression		Number of obs = 24					
		F (12, 11) = 8.87					
		Prob > F = 0.0005					
		R-squared = 0.7033					
		Root MSE = 9.9251					
taxaocupacao		Robust Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Ano		-.6906269	.2574314	-2.68	0.021 ^a	-1.25723	-.1240241
ntrab		-.9513184	.981498	-0.97	0.353	-3.111581	1.208944
outserv		10.39372 ^b	7.09161	1.47	0.171 ^c	-5.214808	26.00225
prodreg		-3.030249	4.226255	-0.72	0.488	-12.33217	6.271675
reservasite		14.07175 ^d	3.683363	3.82	0.003 ^e	5.964723	22.17878
areapnse		2.379916	6.266678	0.38	0.711 ^h	-11.41295	16.17278
gnero		-8.169114	5.494519	-1.49	0.165	-20.26247	3.92424
idade		-.0920643	.2139783	-0.43	0.675	-.5630274	.3788989
formexptur		-7.272463 ⁱ	4.508718	-1.61	0.135	-17.19608	2.651158
habita		-15.38398	5.822491	-2.64	0.023 ^f	-28.19919	-2.56876
propriet		-15.87057	4.60974	-3.44	0.005 ^g	-26.01654	-5.724604
classif		11.78749 ^k	4.482387	2.63	0.023 ^j	1.92182	21.65315
_cons		1318.103	494.7044	2.66	0.022	229.2661	2406.94

A primeira conclusão a retirar deste modelo de estudo, como se pode ver no quadro 7, mostra que a antiguidade de uma unidade TER é relevante ^(a) para as taxas líquidas de ocupação-cama. Os resultados mostram que quanto maior for o numero de anos em que um empreendimento TER consiga estar presente no mercado, maior será a sua possibilidade de obtenção de sucesso. O que vem comprovar a ideia de alguns investigadores (Van de Ven, Hudson, & Schroeder, 1984, *cit* por Reichel e Haber, 2005) que revelava a sobrevivência dos pequenos empreendimentos como a medida primordial do sucesso.

O comportamento da variável “outserv” que mede o impacto da existência de outros serviços (além do alojamento), como as atividades de animação, a disponibilização de piscina, espaço exterior e internet, mostra uma relação positiva ^(b) com as taxas líquidas ocupação-cama, apesar de, por pouco, não poder ser considerada estatisticamente relevante ^(c). Esta tendência vem ao encontro das considerações teóricas que mostravam que a prestação de um pacote de serviços, em vez de um serviço básico de alojamento, constitui uma vantagem competitiva para o empreendimento. Empiricamente foi possível perceber que menos de metade dos empreendimentos da amostra aposta na promoção de atividades que podem ser consideradas no âmbito do ecoturismo.

Estatisticamente relevante mostrou-se a variável “reservasite” comprovando, inequivocamente, uma relação positiva ^(d) entre o facto do turista/cliente poder efetuar a reserva de forma *online*, através da página de internet do empreendimento, e as taxas líquidas ocupação-cama registadas. De todas as variáveis explicativas esta é mesmo a mais consistente ^(e). Este resultado era expectável na medida em que a utilização das TIC é entendida como fator estratégico de sucesso (Chathoth & Direito, 2011; Sigala, 2004, *cit* por Polo-Peña et al, 2013). O que revela que a utilização das TIC para a preparação (ex.: na divulgação e promoção do empreendimentos TER) do momento da pré-reserva (quando o turista procura o alojamento para a sua estadia) e da reserva (escolha efetiva do alojamento) contribuiu positivamente para o bom desempenho das unidades TER.

Duas das variáveis explicativas relacionadas com a gestão do empreendimento que se mostraram estatisticamente significantes ^(f) e ^(g) foram as variáveis “habita” e “propriet”. A primeira revela que o facto de o gestor residir na

unidade TER influencia negativamente a taxa líquida de ocupação-cama e a segunda mostra que o mesmo acontece no caso da gestão do empreendimento estar a cargo do seu proprietário. Refletindo sobre estes resultados podemos seguir a linha de raciocínio de Polo-Peña *et al.* (2012) que entendem que os responsáveis pelos empreendimentos TER de pequena dimensão (que na amostra em estudo são, maioritariamente, proprietários e gestores, em simultâneo) podem estar focados em gerir de forma eficiente os seus recursos do que em desenvolver planos estratégicos de “competição no mercado” o que, de certa forma, faz com que não haja incentivos à procura. Estes resultados obrigam, também, a refletir sobre as motivações do turista do TER quando se diz que procuram uma “experiência rural” que poderia ser, potencialmente, promovida pelo proprietário da unidade TER.

Contrariamente às expectativas, os resultados desta linha de investigação, mostram que a localização dentro da área do PNSE não influencia as taxas líquidas de ocupação-cama ^(h). Mostrando que, um fator ambiental potencialmente vantajoso para a procura dos empreendimentos TER, não se confirmou estatisticamente.

Contrariamente, também, às expectativas, o facto do gestor do empreendimento possuir formação e/ou experiência na área do turismo (ou similar) revela um impacto negativo ⁽ⁱ⁾ sobre os resultados das taxas líquidas de ocupação-cama. Os resultados obtidos, com a amostra deste estudo, não corroboram, assim, com os resultados de outros estudos (como o de Lerner e Haber, 2000) que sugerem que as competências de gestão promovem o bom desempenho das unidades de TER.

A variável “classif” além de estatisticamente relevante ^(j) indica uma relação extremamente positiva ^(k) (comparativamente com outras variáveis) com as taxas líquidas de ocupação-cama. Esta relação mostra que a satisfação cliente, refletida na classificação atribuída no “*booking*” promove o aumento das taxas líquidas de ocupação-cama, demonstrando que a informação gerada pelo cliente/turista pode influenciar novas procuras pelo empreendimento. A estimação deste modelo, bem como dos que a seguir se apresentam, foi feita através do programa de estatística Stata 12.

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

Quadro 8 - Resultados Modelo logit no qual a variável dependente (recupinvest) tem o valor 1 se o promotor já recuperou ou espera recuperar o investimento e o valor 0, caso contrário: Verificação da linha e investigação (B)

Logistic regression	Number of obs =	38
	Wald chi2(10) =	25.96
	Prob > chi2 =	0.0038
Log pseudolikelihood = -13.158753	Pseudo R2 =	0.4964

	Robust					
recupinvest	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
ano	-.0846105	.0751429	-1.13	0.260	-.2318879	.0626669
ntrab	1.415762	.6685635	2.12	0.034	.105402	2.726123
outserv	-1.683333	1.277846	-1.32	0.188	-4.187866	.8212001
prodreg	1.434403	1.310191	1.09	0.274	-1.133524	4.002331
reservasite	-1.479692	1.795575	-0.82	0.410	-4.998955	2.039572
areapnse	-.6603175	2.044155	-0.32	0.747	-4.666788	3.346153
gnero	-.817355	1.485612	-0.55	0.582	-3.7291	2.09439
idade	-.0739408	.0719486	-1.03	0.304	-.2149574	.0670759
formexptur	3.947778	1.396021	2.83	0.005 ^m	1.211627	6.683929
habita	-1.321184	1.334356	-0.99	0.322	-3.936474	1.294106
_cons	170.8071	155.3341	1.10	0.272	-133.6422	475.2564

Com este modelo estatístico, baseado recuperação do investimento ou na percepção por parte do gestor do empreendimento de que isso venha a acontecer, conclui-se que a dimensão da unidade TER é um fator influente, isto é, uma maior dimensão da unidade permite uma recuperação mais provável ^(l) do investimento. No modelo em causa, essa dimensão está expressa no número de trabalhadores através da variável explicativa “ntrab”.

Outra variável estatisticamente significativa ^(m) é a “formexptrur”, já anteriormente referida e que aqui, ao contrário do modelo anterior, revela que gestores com mais experiência e/ou formação na área do turismo (ou similares) poderão com maior probabilidade recuperar o investimento inicial. O facto de o gestor residir no empreendimento continua a ser estatisticamente significativa e a revelar um efeito negativo sobre a variável dependente.

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

A resposta à questão 45 do questionário: “Voltaria ou não a realizar o investimento?” poderia também indicar-nos o sucesso percebido pelo gestor, tendo em conta a vertente mais emocional do investimento, no entanto, ao testar esta hipótese verificou-se que não é possível obter conclusões estatísticas dado que as respostas à pergunta de partida eram pouco dispares. Como já tinha sido referido em 83% dos casos os gestores respondam que voltariam a fazer o mesmo investimento. Esta resposta encontra suporte bibliográfico nos argumentos de vários autores que concluem que a perceção do sucesso no TER para o proprietário se relaciona com aspetos de natureza não financeira.

O modelo de investigação realizado, tendo como variável dependente a classificação atribuída pelos turistas na central de reservas “*Booking*”, revelou que a antiguidade da unidade TER, entre as variáveis explicativas testada, é a variável estatisticamente mais significativa (ⁿ), como se pode observar no quadro 9. A idade do gestor mostra, também, ter significância estatística (^o), sendo negativa a sua influência na classificação atribuída pelo turista (^p).

Quadro 9 - Resultados Regressão linear em que a variável dependente é classificação atribuída pelos clientes no “booking”: Verificação da linha e investigação (C)

Linear regression		Number of obs = 27 F(11, 15) = 5.70 Prob > F = 0.0012 R-squared = 0.6754 Root MSE = .42232					
-----		-----					
classif		Robust Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
-----		-----					
ano		.0400475	.0098088	4.08	0.001 ⁿ	.0191406	.0609544
ntrab		.0052156	.05523	0.09	0.926	-.1125044	.1229356
outserv		.26178	.3092612	0.85	0.411	-.3973945	.9209546
prodreg		.0531896	.2738554	0.19	0.849	-.5305193	.6368985
reservasite		.0918097	.2001623	0.46	0.653	-.3348262	.5184456
areapnse		.0922407	.2603301	0.35	0.728	-.4626397	.6471211
gnero		.0045567	.2572869	0.02	0.986	-.5438374	.5529508
idade		-.0144951 ^p	.0080598	-1.80	0.092 ^o	-.0316743	.002684
formexptur		-.0729074	.1850599	-0.39	0.699	-.4673532	.3215385
habita		.42344 ^q	.1720138	2.46	0.026 ^q	.0568013	.7900787
propriet		.2514636	.2851194	0.88	0.392	-.3562541	.8591813
_cons		-71.38284	19.97123	-3.57	0.003	-113.9505	-28.81517

Contrariamente ao que foi verificado no primeiro modelo de investigação, o facto de o gestor habitar na unidade TER tem um impacto positivo e estatisticamente significativo ⁽⁹⁾ na perceção do turista relativamente à qualidade da experiência proporcionada pela unidade de alojamento. Este resultado poderá revelar que após uma experiência turística com um contacto pessoal mais próximo, proporcionado pelo facto do gestor residir na casa, a satisfação do cliente/turista é promovida. O que vai ao encontro de alguns argumentos que defendem que a orientação para o cliente promove a sua satisfação.

Considerações finais acerca das três linhas de investigação

Face às diferentes perspetivas propostas para determinar o sucesso do TER e realizadas as estimações, podemos concluir que a antiguidade de um empreendimento é um fator que explica o sucesso, tanto tendo em conta as características operacionais do empreendimento como atendendo à perceção do cliente/turista.

Tendo em conta as características físicas e culturais da região, referidas ao longo deste trabalho, e tendo por base o argumento de que a localização de uma empresa tem um impacto direto sobre as suas hipóteses de sobrevivência, atendendo ainda a que os ambientes físico e social influenciam significativamente os produtos oferecidos e a experiência turística, seria previsível que a localização no PNSE promovesse o sucesso das unidades aí instaladas, o que não se veio a verificar em nenhuma das estimações realizadas. Este resultado poderá indicar uma lacuna na obtenção de vantagem competitiva que esse fator ambiental de sucesso poderia determinar.

A partir do resultado obtido com a variável “reservasite” concluiu-se que a possibilidade de utilização das TIC para o cliente efetuar a sua reserva promove o sucesso do TER, parecendo, por isso, possível depreender que a utilização das TIC, enquanto fator que pode levar ao sucesso, não deve ser descurado. Por isso, a promoção do uso dessas tecnologias deverá ser feita para todos os momentos da “compra”, desde a pré visita (enquanto momento da escolha), passando pela visita (efetivação da compra) até à pós-visita (por meio da avaliação do empreendimento TER escolhido). A importância da utilização das TIC na “pós-visita” ficou

demonstrada com a relação positiva entre a variável explicativa “classif” e as taxas líquidas de ocupação-cama.

A experiência e/ou formação na área do turismo (ou similares) expressa pela variável explicativa “formexptur”, apesar de não influenciar positivamente as taxas líquidas de ocupação-cama, na amostra em estudo, permite ao gestor aumentar a probabilidade de retorno do investimento.

A satisfação do cliente pode ser entendida como indicador de sucesso do TER ao mesmo tempo que se revela um fator influente na dinamização das taxas líquidas de ocupação-cama

3.3.5. Limitações e linhas futuras de investigação

A maior limitação deste estudo foi, sem dúvida, a dimensão da amostra, que condicionou a significância estatística de alguns resultados obtidos. Este aspeto foi ainda agravado pelo facto de a taxa de resposta a algumas questões, particularmente as que se relacionam com aspetos de natureza económico-financeira, não ter sido a desejável. Além disso e apesar de o inquérito ter sido testado antes da sua aplicação, algumas questões que foram surgindo posteriormente ficaram por colocar.

Uma das questões que ficou por responder foi se a Serra da Estrela, enquanto região turística, permite aos empreendimentos de TER aí localizados, obter melhores resultados comparativamente com empreendimentos, com as mesmas características, localizados noutras zonas da região centro ou mesmo a nível nacional, apurando assim qual a verdadeira influência da Serra da Estrela sobre o sucesso do TER. A análise das motivações principais dos turistas, procurando perceber as diferenças de expectativas para quem visita pela primeira vez a região e para quem já o fez anteriormente ficou também por responder, de forma explícita, neste trabalho.

Conclusões

O TER poderá ter o seu lugar assegurado na “indústria do turismo” caso seja encarado de forma profissional pelos seus principais intervenientes. É necessária essa consciência face às exigências de turistas cada vez mais informados e com um variado leque de opções para ocupação dos seus tempos de lazer. A importância desta tipologia de alojamento para a região é percebida quando todos os programas setoriais e regionais referem o TER como uma aposta para a região da Serra da Estrela.

O carácter singular da Serra da Estrela, no contexto nacional, evidenciado ao longo deste trabalho, poderá impulsionar a primeira visita à região, sendo no entanto, necessário aproveitar esta “alavanca” para mostrar o potencial turístico da região, preparando assim as visitas subsequentes. A região tem atributos que lhe permitem ser o “palco” de práticas de turismo responsáveis e que cumpram as expectativas de turistas nacionais e internacionais que procuram um destino onde seja possível encontrar mais do que um produto turístico. O PNSE, as Aldeias Históricas, produtos com Denominação de Origem Protegida – D.O.P. (queijo, vinho, fruta) associados à oferta de alojamento profissionalizado e atento à qualidade, procurando a satisfação do turista, poderão constituir a base de uma rede capaz de afirmar este destino de montanha, tendo no TER um aliado importante.

A possibilidade do turista realizar a sua reserva através da página *online* da unidade de alojamento é a característica que tem maior impacto na TOL. A gestão e propriedade do empreendimento TER (que na amostra em estudo é coincidente em 90% dos casos) mostraram ter, também, forte impacto naquela taxa e revelam que o facto de o proprietário ser simultaneamente gestor exerce uma influência negativa. Comportamento semelhante tem a TOL quando o gestor reside na unidade TER, no entanto, este facto contribui positivamente para a satisfação do cliente.

O sucesso do TER na Serra da Estrela, do ponto de vista das TOL está dependente de vários aspetos, influenciados tanto pelas decisões dos gestores dos empreendimentos, como por políticas regionais, nacionais e comunitárias. Quanto à satisfação do turista que já utilizou os empreendimentos em estudo, utilizando como indicador a classificação atribuída aos empreendimentos, conclui-se que é influenciada, de forma positiva, pela antiguidade da unidade TER. Essa

classificação, por sua vez, impulsiona as TOL. Podemos falar em sucesso alcançado do ponto de vista dos gestores que, apesar de se mostrarem maioritariamente muito preocupados com o futuro do TER e entenderem que não conseguirão recuperar o investimento realizado, voltariam a fazer esse mesmo investimento. Para alcançar o retorno do investimento, é possível concluir que a formação e experiência nas áreas do turismo (ou similares) são fundamentais.

A formação profissional, a aquisição de competências ao nível da gestão e marketing, assim como a recolha contínua de informação acerca das necessidades do turista, deverão ser encaradas como fundamentais na delineação de estratégias para o setor. A sensibilização para as questões da sustentabilidade terá de passar do contexto ambiental para incluir também a preservação da identidade cultural da população onde se desenvolve o TER. Essa preservação poderá passar pelo desenvolvimento de atividades que permitam, por um lado, que o turista viva experiências duradouras (que perdurem para além da sua estadia no território) e, por outro, que envolvam a comunidade.

Na maioria dos casos deste estudo, a atribuição de importância aos recursos da região resume-se à disponibilização de produtos regionais ao pequeno-almoço, ficando de fora questões como a divulgação do património (natural, cultural e gastronómico, por exemplo) e a iniciativa de promoção e realização de atividades de recreação e lazer.

Para além das instituições competentes cabe a cada um, que entenda a Serra da Estrela como um pouco sua, divulgar e promover o TER da região, de forma realista, enquadrando, sempre que possível, essa ação na estratégia definida pelas entidades que tutelam a atividade. Aos gestores dos empreendimentos a palavra é esperança pois o sucesso poderá ser uma realidade sobretudo se tentarem transformar as utopias (procurando ajuda, que está disponível, se necessário) em vantagens competitivas.

Bibliografia

ALMEIDA Paulo, ARAÚJO Sérgio. (2012). *Introdução à Gestão de Animação Turística*. Lisboa: LIDEL Edições Técnicas, Lda. ISBN 978-972-757-871-9.

Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela (ADRUSE). (2009). *Programa Territorial de Desenvolvimento da NUT III Serra da Estrela*. Gouveia. [Consult. 26 Abr. 2015]. Disponível em http://www.maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/PTD_SERRA%20DA%20ESTRELA.pdf

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro (CCDR). (2015). *Mapas - Unidades Territoriais QREN (12 UT QREN/100 municípios)*. [Consult. 15 Maio 2015]. Disponível em: http://www.ccdrc.pt/index.php?searchword=mapa&ordering=&searchphrase=all&limit=10&Itemid=46&option=com_search&lang=pt.

Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE). (2012). *Clima*. [Consult. 26 Abr. 2015]. Disponível em <http://www.cise.pt/pt/index.php/serra-da-estrela/clima>.

Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE). (2012). *Parque Natural da Serra da Estrela*. [Consult. 26 Abr. 2015]. Disponível em <http://www.cise.pt/pt/index.php/serra-da-estrela/parque-natural>.

Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. (2014). *Plano Estratégico de desenvolvimento intermunicipal*. [Consult. 14 Set., 2015]. Disponível em <http://www.cm-almeida.pt/municipio/noticiasdomunicipio/Documents/Plano%20estrat%C3%A9gico%20CIM-BSE.pdf>.

CONDE, José; SILVA, Alexandre; FONSECA, Ana; PIRES, Daniel; TAVARES, Alexandre Oliveira. (2012). *Rotas e Percursos da Serra da Estrela*. CISE- Município de Seia. ISBN 978-972-97261-9-4.

CUNHA, Conceição; KASTENHOLZ, Elisabeth; CARNEIRO, Maria João. (2011). *Análise da relevância do empreendedorismo estilo de vida para o desenvolvimento*

na oferta de turismo em espaço rural. In FIGUEIREDO; Elisabete (Coord.) – **Rural Plural, olhar o presente, imaginar o futuro**. Castro Verde: 100Luz.ISBN 978-989-8448-06-4. p. 203-214.

CUNHA, Licínio. (2003). *Perspectivas e tendências do turismo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, ISBN 972-8296-88-6.

CUNHA, Licínio. (2001). *Introdução ao turismo*. 2ª ed. Lisboa: Verbo. nº edição 2665.

Decreto-Lei nº 186/2015 de 3 Setembro. Diário da República nº 172/2015, I Série. Ministério da Economia. Lisboa.

Decreto-Lei nº 15/2014 de 23 de Janeiro. Diário da República nº16/2014, I Série. Ministério da Economia. Lisboa.

Decreto-Lei nº 156-A/2013 de 8 de Novembro. Diário da República nº217 (2º suplemento) / 2013, I Série. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e Energia. Lisboa.

Decreto-Lei nº 95/2013 de 19 de Julho. Diário da República nº 138/2013, I Série. Ministério da Economia e do Emprego. Lisboa.

Decreto-Lei nº 108/2009 de 15 de Maio. Diário da República nº 94/2009, I Série. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa

Decreto-Lei nº 67/2008 de 10 de Abril. Diário da República nº71/2008, I Série. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa.

Decreto-Lei nº 39 / 2008 de 07 de Março. Diário da República nº 48/2008, I Série. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa.

Decreto-Lei nº 49/2005 de 24 de Fevereiro. Diário da República nº39/2005, I Série A. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Lisboa.

Decreto-Lei nº 310/2003 de 10 de Dezembro. Diário da República nº284/2003, I Série A. Ministério das Cidades Ordenamento do Território e Ambiente. Lisboa.

Decreto-Lei nº 54/2002 de 11 de Março. Diário da República nº59/2002, I Série A. Ministério da Economia. Lisboa.

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

Decreto-Lei nº 140/99 de 24 de Abril. Diário da República nº96/1999, I Série A. Ministério do Ambiente. Lisboa.

Decreto-Lei nº 263/93 de 24 de Julho. Diário da República nº 172/1993, I Série A. Ministério do Comércio e do Turismo. Lisboa.

Decreto-Lei nº 287/91 de 09 de Agosto. Diário da República nº182/1991, I Série A. Ministério do Comércio e do Turismo. Lisboa.

Decreto-Lei nº 557/76 de 16 de Julho. Diário da República nº165/1976, I Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Decreto-Lei nº 41089/57 de 02 de Maio. Diário do Governo nº 101/57, I Série. Presidência do Conselho. Lisboa.

EUSÉBIO, Celeste; KASTENHOLZ, Elisabeth. (2011). *Quem procura o turismo no espaço rural? Especificidades do mercado da região centro de Portugal*. In FIGUEIREDO; Elisabete (Coord.) – **Rural Plural, olhar o presente, imaginar o futuro**. Castro Verde: 100Luz. ISBN 978-989-8448-06-4. p. 215-230.

FERREIRA, N. & VIEIRA, G. (1999). *Guia Geológico e Geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela - Locais de interesse Geológico e Geomorfológico*. Inst. de Conserv. da Natureza & Inst. Geol. e Mineiro, Lisboa. ISBN 972-775-21-4.

FERRETI, Eliane Regine. (2002). *Turismo e meio ambiente*. S. Paulo: Editora Roca Ltda. ISBN 85-7241-384-7.

HABER, Sigal; REICHEL, Ariel. (2007). The cumulative nature of the entrepreneurial process: The contribution of human capital, planning and environment resources to small venture performance. *Journal of Business Venturing*, 22, 119– 145.

IESE, I. d. (2008). *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, versão resumida. [Consult. 15 Set. 2015] Disponível em: http://www.dueceira.pt/docs/publicacoes/99_estudo%20TER.pdf.

Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2014). *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional–2011*. [Consult. 1 Maio 2015]. Disponível em

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=215612718&DESTAQUESmodo=2.

Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2015). *Estatísticas do Turismo 2014*. [Consult. 16 Set. 2015]. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=233015003&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt.

JANSEN, J. (2002). *Guia Geobotânico da Serra da Estrela*. Parque Natural da Serra da Estrela & Instituto de Conservação da Natureza. ISBN: 972-775-054-0.

LERNER, Miri; HABER, Sigal. (2000). Performance factors of small tourism ventures: The interface of tourism, entrepreneurship and the environment, *Journal of Business Venturing* 16, 77–100.

Long, J. e J. Freese. (2006). *Regression Models for Categorical Dependent Variables Using Stata*. College Station, Texas: Stata Press Publication.

LOUÇÃO, Paulo Alexandre. (2013). *A Magia das Aldeias de Montanha*. 2ª Ed. Ésquilo. ISBN 978-989-98349-4-7.

MARQUES, Carlos Alberto. (1996). *A Serra da Estrela : estudo geográfico*. Lisboa : Assírio e Alvim, ISBN 972-37-0394-7.

MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte. (2011). *Portugal: o sabor da terra: um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa. Círculo de Leitores. ISBN: 9789896440992.

PENA, António; CABRAL, José. (1989). *Estrela, uma visão natural*. Manteigas, Parque Natural da Serra da Estrela.

PINTO, Francisco de Paula Leite. (1981). *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia. ISBN: 972-625-088-0.

POLO PEÑA, Ana Isabel; JAMILA, Dolores María Frías; MOLINA, Miguel Ángel Rodríguez. (2013). Impact of Customer Orientation and ICT Use on the Perceived Performance of Rural Tourism Enterprises. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 30 (3), 272-289.

Polo-Peña, A. I., Frías-Jamilena, D. M., & Rodríguez-Molina, M. Á. (2012). Marketing practices in the Spanish rural tourism sector and their contribution to business outcomes. *Entrepreneurship & Regional Development*, 24 (7-8), 503–521.

QUEIRÓS, António dos Santos *et al.* (2008). *Património natural e cultural da Serra da Estrela*. Condeixa – a – Velha, Liga de Amigos Conimbriga - LAC. ISBN 978-972-8659-39-4.

QUERCUS. (2014). *38 Anos do Parque Natural da Serra da Estrela: Quercus identifica ameaças aos valores naturais*. [Consult. 26 Abr. 2015]. Disponível em <http://www.quercus.pt/comunicados/2014/julho/3753-38-anos-do-parque-natural-da-serra-da-estrela-quercus-identifica-ameacas-aos-valores-naturais>.

RESENDE, C. Mattamouros. (Nov. 2003). *Sublinhar a importância do LEADER no desenvolvimento rural*. Pessoas e Lugares. Lisboa: INDE – Intercooperação e Desenvolvimento, CLR. Dep. Legal nº 142 507/99, Registo ICS nº 123607. II Série nº 14, p. 2 – 3.

RIBEIRO, Orlando. (2011). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Letra Livre. [8ª Edição 1945] ISBN 978-989-8268-10-5.

RIBEIRO, Orlando Ribeiro; LAUTENSACH, Hermann. (1998). *Geografia de Portugal: volume I : a posição geográfica e o território*. Lisboa. Edições João Sá da Costa. ISBN: 972-9230-13-7.

REICHEL, Ariel; HABER, Sigal.(2005). A three-sector comparison of the business performance of small tourism enterprises: an exploratory study. *Tourism Management* 26, 681–690.

SIMÕES, Viriato. (1979). *A Serra da Estrela e as suas beiras*. Lisboa: Álvaro Livros.

SILVA, Goretti; EDWARDS, Jonathan; VAUGHN, Roger. (2003). *Oportunidades e constrangimentos ao desenvolvimento do turismo rural*. In SIMÕES, Orlando; CRISTOVÃO, Artur (org.) **TERN Turismo em Espaços Rurais e Naturais**. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra; Edições IPC- Inovar para Crescer. ISBN: 972-98593-5-3. p.217-227.

Sucesso do Turismo no Espaço Rural na Serra da Estrela – Realidades e Utopias

THR (Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A.). (2013). *10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal; Turismo de Natureza*. [Consult. 12 Dez. 2013]. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/publicacoes/Documents/Turismo%20de%20Natureza%202006.pdf>.

THR (Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A.). (2012). *Estudo sobre a internacionalização do turismo no meio rural – modelo de negócios e estratégias de desenvolvimento*. [Consult em 28 de nov. 2015]. Disponível em: <http://www.gpp.pt/pbl/monog/EstudoInternacionalizacaoTurismo.pdf>.

Turismo de Portugal I.P. (2015). *Turismo 2020, Plano de ação para o desenvolvimento do turismo em Portugal 2014-2020*. [Consult em 28 nov. 2015]. Disponível em: http://turismo2020.turismodeportugal.pt/fotos/editor2/turismo2020_parte_i_mercados-swot.pdf.

Turismo de Portugal I.P. (2013). *Ocupação em Empreendimentos Turísticos – 2012*. Turismo de Portugal IP, [Consult. 17 Mai. 2015]. Disponível em: http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/quadrosestatisticos/Documents/Ocupa%C3%A7%C3%A3o/Relat%C3%B3rio%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20quarto%20das%20ART%20e%20PDT%202012_20130524.pdf.

Turismo de Portugal I.P. (2008). *A oferta e a procura do TER e TH*. [Consult em 28 nov. 2015]. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1lisesestat%C3%ADsticas/aofertaeprocuranoter/Pages/AOfertaeprocuranoTER.aspx>.

Turismo Centro de Portugal. (2015). *Polos de marca turística*. [Consult em 20 nov. 2015]. Disponível em: http://www.turismodocentro.pt/pt/?op=polo_turistico.

Turismo Centro de Portugal. (2015). *Plano de Atividades e Orçamento*, [Consult em 26 nov. 2015]. Disponível em:

http://www.turismodocentro.pt/tcp/pt/instrumentos_de_gestao.50/instrumentos_de_gestao.51/plano_de_atividades_e_orcamento_2015_a78.html.

UNWTO.(2014).*Glossary of tourism terms*, [Consult. 2 Mai. 2015] Disponível em <https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/staticunwto/Statistics/Glossary+of+terms.pdf>.

VAZ, Margarida Maria Fidalgo Costa; DINIS, Anabela Rosário Leitão. (2007). *Turismo no Litoral versus turismo no Interior português: o destino turístico Serra da Estrela*. Revista Portuguesa de Estudos Regionais. Nº 14.

FERNANDES, Gonçalo Poeta; VIEIRA, António – *Problemáticas do turismo em áreas naturais e o seu significado nos concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela*. In SIMÕES, Orlando; CRISTOVÃO, Artur (org.). (2003). **TERN Turismo em Espaços Rurais e Naturais**. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra; Edições IPC- Inovar para Crescer. ISBN: 972-98593-5-3. p. 135-152.

VIEIRA, Catarina; FIGUEIREDO; Elisabete. (2011). “*Juntar a Fome à Vontade de Comer*”, *Ligação entre o turismo rural e os produtos agro-alimentares na Serra da Estrela*. In FIGUEIREDO; Elisabete (Coord.) – **Rural Plural, olhar o presente, imaginar o futuro**. Castro Verde: 100Luz. ISBN 978-989-8448-06-4. p. 105-120.

Anexo 1 - Questionário a gestores de empreendimentos de turismo no espaço rural